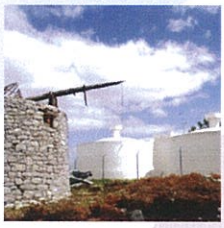
Águas do Lena S.A.

Relatório e Contas 2013



ÁGUAS DO LENA

Águas do Lena S.A.

Relatório e Contas 2013

ÁGUAS DO LENA

Índice

Síntese de Dados/Indicadores 1

Mensagem do Presidente 3

Apresentação da Empresa 4

- Breve Historial 4
- Estrutura Acionista 5
- Órgãos Sociais 5

Missão e Posicionamento Estratégico 6

- Missão 6
- Visão 6
- Valores 6
- Objetivos Estratégicos 6

Síntese de Atividade em 2013 8

- Envolvente Exterior 8
- Enquadramento Macroeconómico 8
- Regulação 11

- Estrutura Organizacional 12
  - Organograma 12
  - Competências 13
  - Recursos Humanos 14
  - Regras Societárias 15

- Principais Acontecimentos em 2013 16
  - Desempenho da Empresa 17

- Análise Económico Financeira 26
  - Análise de Gastos e Rendimentos 26
  - Análise do Balanço 28
  - Indicadores Económico-Financeiros 29
  - Investimentos 29

Perspetivas para o Futuro 30

Considerações Finais 31

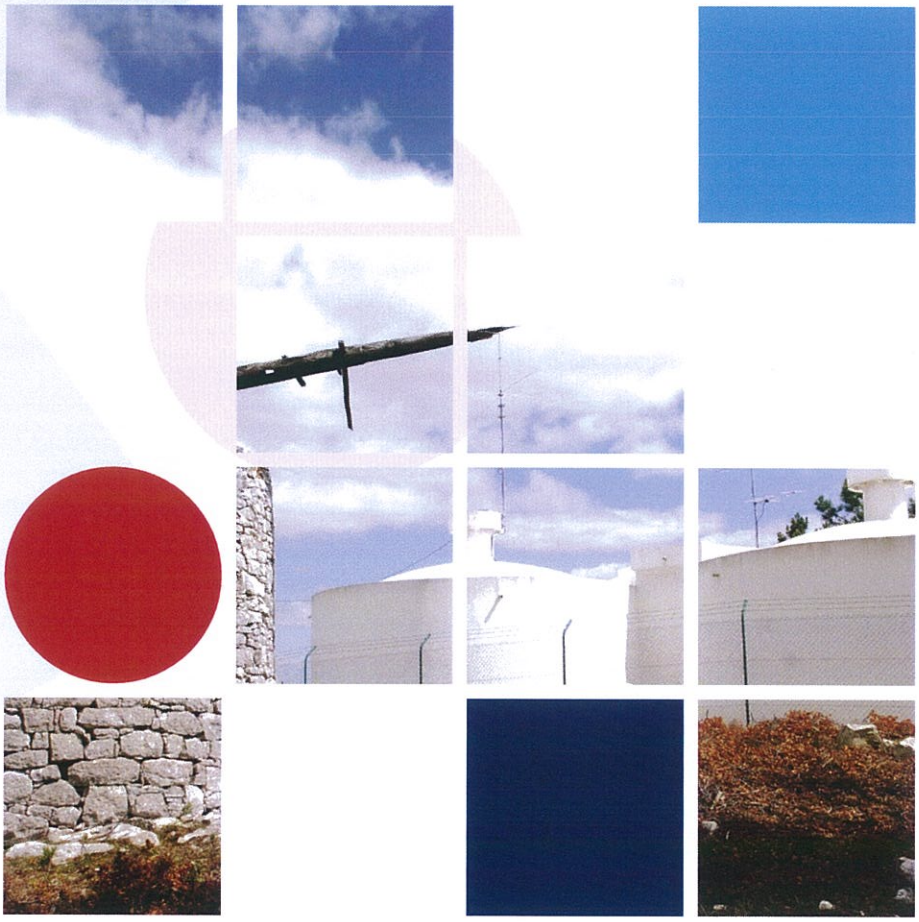
Outras Informações 32

Proposta de Aplicação de Resultados 33

Contas do Exercício de 2013 e Respetivo Anexo 34

- Balanço
- Demonstração dos Resultados por Natureza
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Anexo às Demonstrações Financeiras
- Relatório e Parecer do Fiscal Único
- Certificação Legal das Contas

Síntese de Dados Indicadores



SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

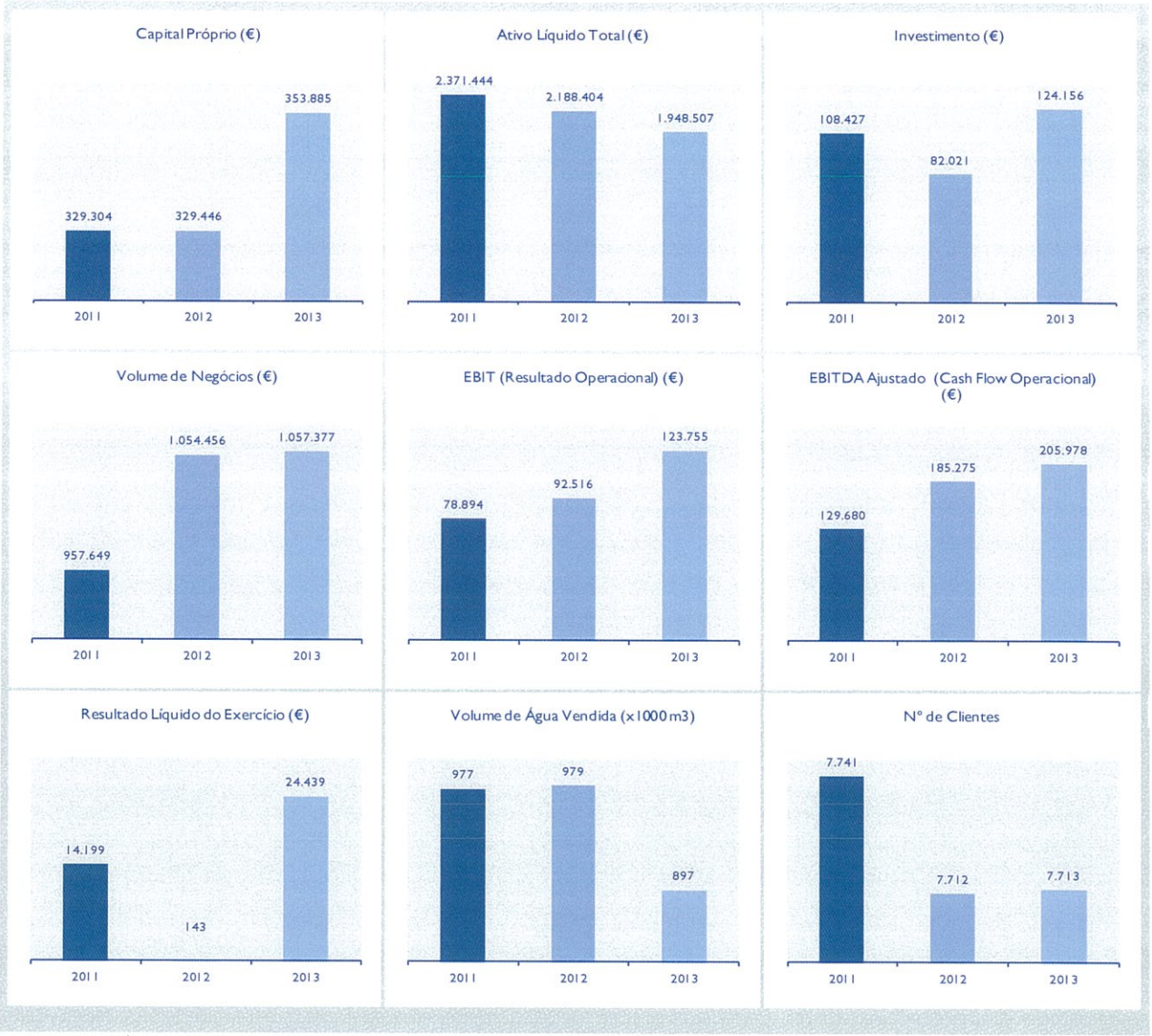
QUADRO

(em euros)

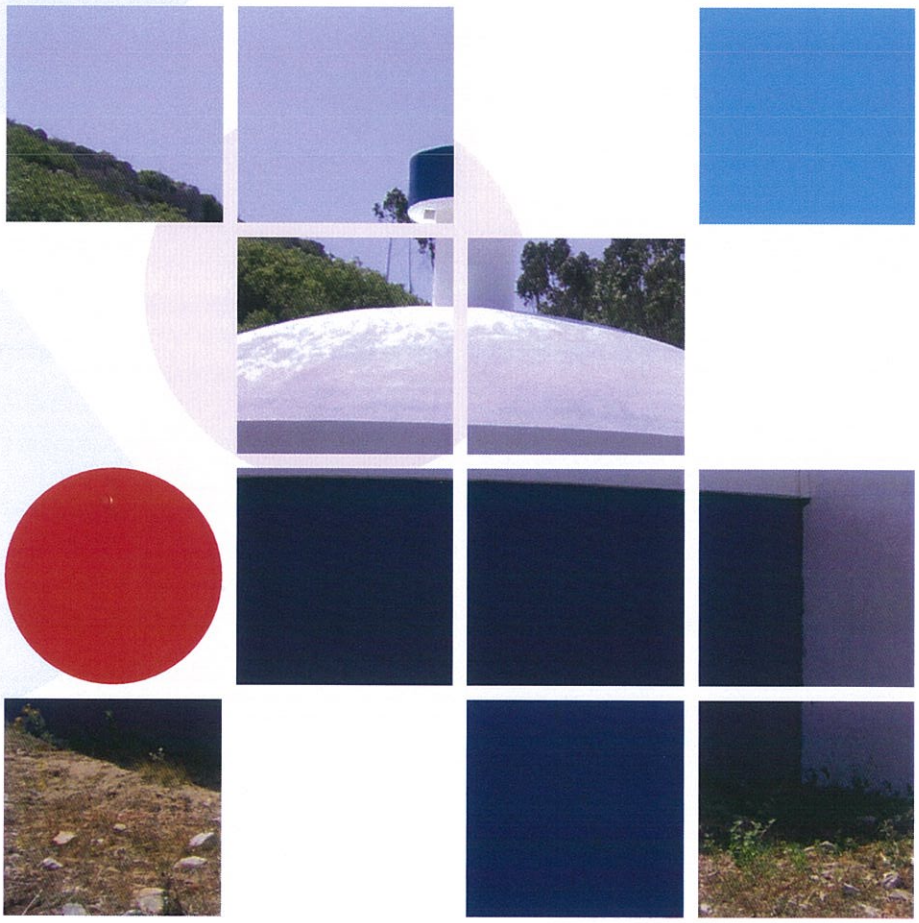
Síntese de Dados / Indicadores	2011	2012	2013
Capital Social (€)	625.000	625.000	625.000
Capital Próprio (€)	329.304	329.446	353.885
Ativo Líquido Total (€)	2.371.444	2.188.404	1.948.507
Investimento (€)	108.427	82.021	124.156
Volume de Negócios (€)	957.649	1.054.456	1.057.377
EBITDA Ajustado (*Cash Flow* Operacional) (€)	129.680	185.275	205.978
EBIT (Resultado Operacional) (€)	78.894	92.516	123.755
Resultados Antes de Impostos (€)	17.227	3.720	29.724
Resultado Líquido do Exercício (€)	14.199	143	24.439
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	4,31%	0,04%	6,91%
Rentabilidade do Ativo (%)	0,60%	0,01%	1,25%
Autonomia Financeira (%)	13,89%	15,05%	18,16%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	12	13	13
Nº de Clientes	7.741	7.712	7.713
Nº de Municípios Abastecidos	1	1	1
Área Geográfica Abrangida (Km2)	100	100	100
População Residente na Área Abrangida	15.837	15.805	15.805
População Servida	15.156	15.125	15.647
Volume de Água Disponível (10^3 m^3) (1)	1.511	1.369	1.206
Volume de Água Vendida (10^3 m^3)	977	979	897

(1) Produzida + Comprada. Em 2013 a água comprada corresponde a 26,8% da água disponível

GRÁFICOS


Capital Próprio (€)
329.304
329.446
353.885
2011
2012
2013
Ativo Líquido Total (€)
2.371.444
2.188.404
1.948.507
2011
2012
2013
Investimento (€)
108.427
82.021
124.156
2011
2012
2013
Volume de Negócios (€)
957.649
1.054.456
1.057.377
2011
2012
2013
EBIT (Resultado Operacional) (€)
78.894
92.516
123.755
2011
2012
2013
EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional) (€)
129.680
185.275
205.978
2011
2012
2013
Resultado Líquido do Exercício (€)
14.199
143
24.439
2011
2012
2013
Volume de Água Vendida (x1000 m3)
977
979
897
2011
2012
2013
Nº de Clientes
7.741
7.712
7.713
2011
2012
2013

Mensagem do Presidente



MENSAGEM DO PRESIDENTE

A concessão da Águas do Lena teve duas fases diferentes da sua vida. Até 2010 a concessão sofreu grandes dificuldades marcadas por um profundo desequilíbrio económico-financeiro e por sérios problemas operacionais.

Mas em finais de 2010 foi restabelecido o equilíbrio da concessão e a melhoria da performance técnica, operacional e económica foram, desde logo, visíveis.

De facto, em 2010 as perdas de água estavam nos 43,3%. Em 2011 esse valor desceu para os 35,4% e em 2012 encontrava-se nos 28,5%. Em 2013 as perdas de água atingiram o valor mínimo histórico de 25,6%. Tal redução de perdas de água resultou de um esforço contínuo da organização quer ao nível técnico – operacional, como é o exemplo da monitorização de consumo noturnos e a realização de campanhas de deteção de fugas, como a nível comercial, através da determinação mensal de perdas de água por áreas de faturação e acompanhamento do perfil de consumo dos clientes, acompanhamento do perfil de consumos noturnos através do sistema de telegestão, sempre com um forte envolvimento de todos os colaboradores.

Também em 2013, a Entidade Reguladora dos Serviços de Aguas e Resíduos (ERSAR) e o Jornal Água e Ambiente com a colaboração das associações APDA e APESB e do LENEC atribuíram o selo da qualidade exemplar da água para consumo humano 2013 à Aguas do Lena, o que muito nos orgulha e que é bem revelador do salto qualitativo que a concessão deu desde 2010.

Quanto à performance económica e financeira, a empresa gerou, no ano de 2013, um Resultado Líquido positivo de 24.439 euros. No entanto os Resultados Transitados da sociedade mantêm-se negativos em – 2.865.189 euros, e não se prevê que aquele valor possa ser recuperado até ao final da concessão.

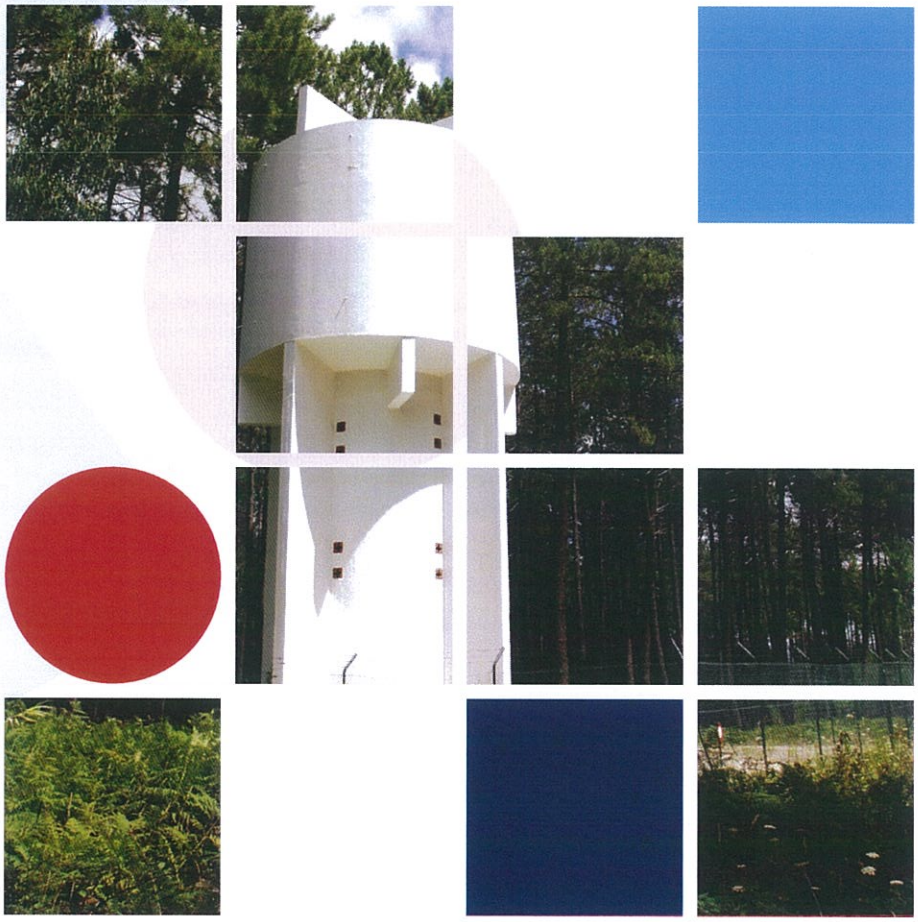
Aliás, a redução de consumos e a estagnação do crescimento levam a prever que a saúde financeira da empresa não venha a melhorar muito no futuro. É que em 2013 a empresa celebrou 340 novos contratos o que, face às 339 baixas verificadas, resultou num acréscimo de um único cliente.

O próximo exercício, correspondente ao décimo oitavo ano de atividade, será caracterizado, na generalidade, pela continuidade de um conjunto de investimentos constantes do aditamento ao contrato de concessão, tanto pela Concedente como pela Concessionária. Os objetivos para 2014 vão concentrar-se em manter/melhorar a qualidade do serviço prestado aos Munícipes, continuar o esforço de redução das perdas de água e manter uma qualidade da água nos padrões atuais.

O Presidente do Conselho de Administração

Diogo Faria de Oliveira

Apresentação da Empresa



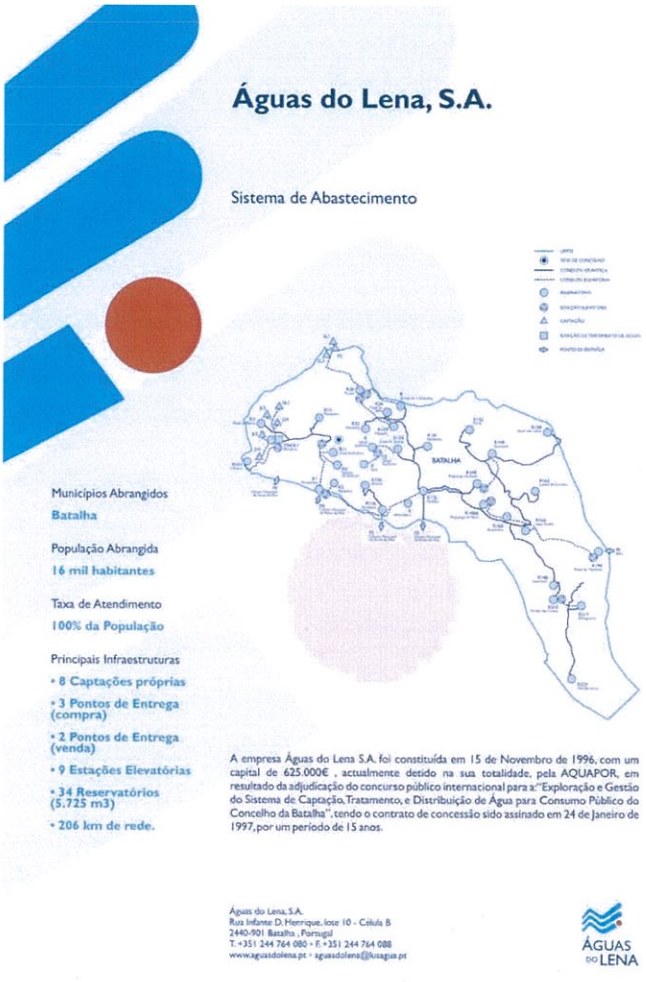
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Breve Historial

A Águas do Lena, S.A. foi constituída em 1996 na sequência do Concurso Público Internacional para a Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha. A concessão teve início em 24 de janeiro de 1997, data da assinatura do contrato de concessão por um período de vigência de 15 anos.

No dia 29/12/2010 concretizou-se a renovação do contrato de "Concessão da Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água do Concelho da Batalha" por mais 8 anos a contar do dia seguinte ao término do período do contrato inicial (23/01/2012) de concessão ou seja decorrerá até ao dia 23/01/2020.

Desde o início da concessão a Águas do Lena, S.A. tem vindo a cumprir integralmente as suas obrigações decorrentes deste contrato, no interesse e satisfação do Concedente, da Câmara Municipal da Batalha, e dos Munícipes a quem presta a seu serviço.



Estrutura Acionista

A Águas do Lena é uma empresa com um capital de 625.000 euros, detida a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A.

A empresa está inscrita na Conservatória do Registo Comercial da Batalha com o NIP 503778559 e tem sede em Lote 10 Célula B – 2440 Batalha.

Órgãos Sociais

- **Mesa da Assembleia Geral:**

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;
Dr.ª Susana Daniela Simões Braga – Secretário.

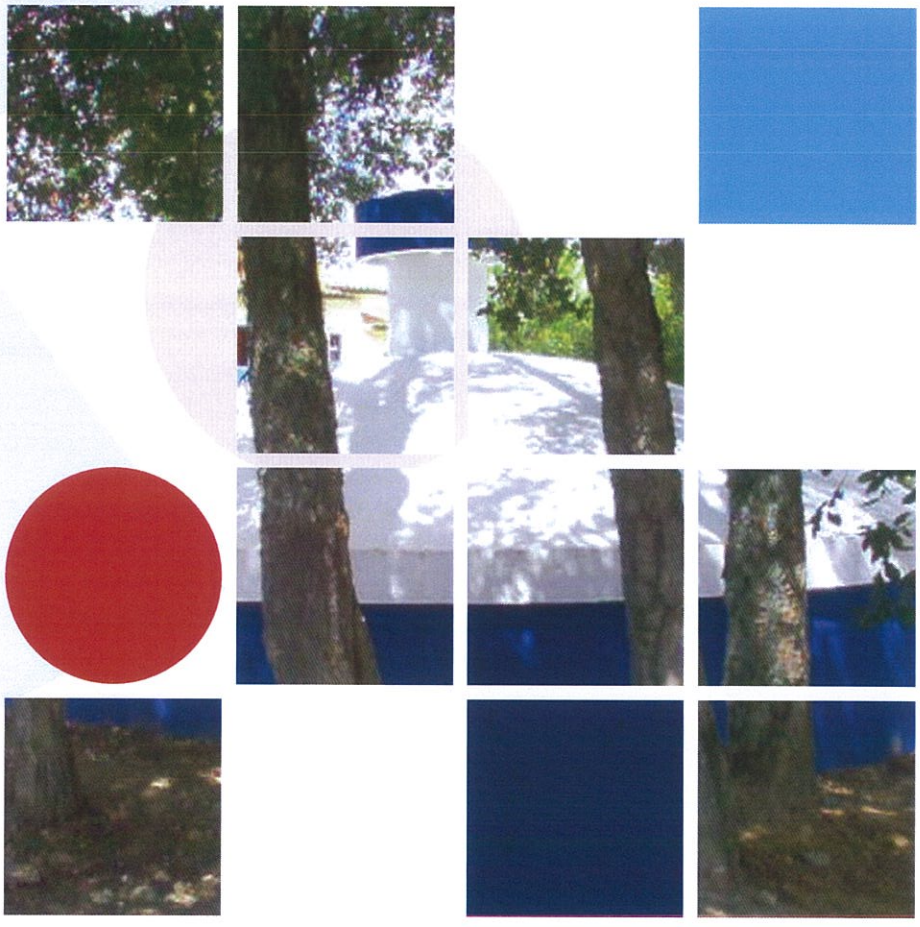
- **Conselho de Administração:**

Eng. Diogo Manuel Mena Faria de Oliveira – Presidente;
Dr. José António Ferreira dos Santos – Vogal;
Dr. Joaquim de Jesus Carmo Gomes – Vogal.

- **Órgão de Fiscalização:**

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Suplente do Fiscal Único: Dr. Ricardo Filipe de Frias Pinheiro.

Missão e Posicionamento Estratégico



MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

Missão

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água de forma eficiente, garantindo a quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

Visão

Representar a Aquapor na região, dando à marca Águas do Lena uma conotação de prestígio, confiança e preservação ambiental.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes na qualidade de água fornecida e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

Valores

A Águas do Lena pretende manter uma cultura própria - transversal ao grupo Aquapor - através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Responsabilidade Social;
- Estabilidade e Qualidade no Serviço.

Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global

- Garantir a satisfação de todos os stakeholders:
- Concedente: cumprimento integral do contrato e manter o relacionamento institucional;
- Clientes: garantir o fornecimento do produto " água" em qualidade e quantidade;
- Fornecedores: garantir boas relações comerciais e institucionais;
- Colaboradores: garantir a implementação da cultura da empresa;

- Estado: cumprir com toda a legislação e regulação da atividade do negócio;
- Acionista: garantir resultado líquido satisfazendo o investimento.

Recursos Humanos

- Motivar, envolver e dinamizar cada colaborador na concretização de um projeto que é de todos;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação;
- Assegurar o cumprimento do regulamento de Prevenção e Controlo de problemas relacionados com o consumo excessivo de álcool;
- Promover e implementar boas práticas a nível da segurança e saúde no trabalho, assegurando o cumprimento da legislação em vigor;
- Desenvolver uma cultura de mérito nos colaboradores, através de um sistema de avaliação de desempenho, que potencia a sua responsabilização nos resultados obtidos, através de objetivos alinhados com os objetivos estratégicos da empresa.

Área Técnica

- Melhorar as condições de distribuição de água ao Concelho, com investimentos ao nível do Sistema de Abastecimento;
- Garantir a adequada qualidade da água distribuída;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Reduzir as perdas na rede de água;
- Aumentar a eficiência hídrica e energética;
- Manter o selo da qualidade exemplar da água para consumo humano.

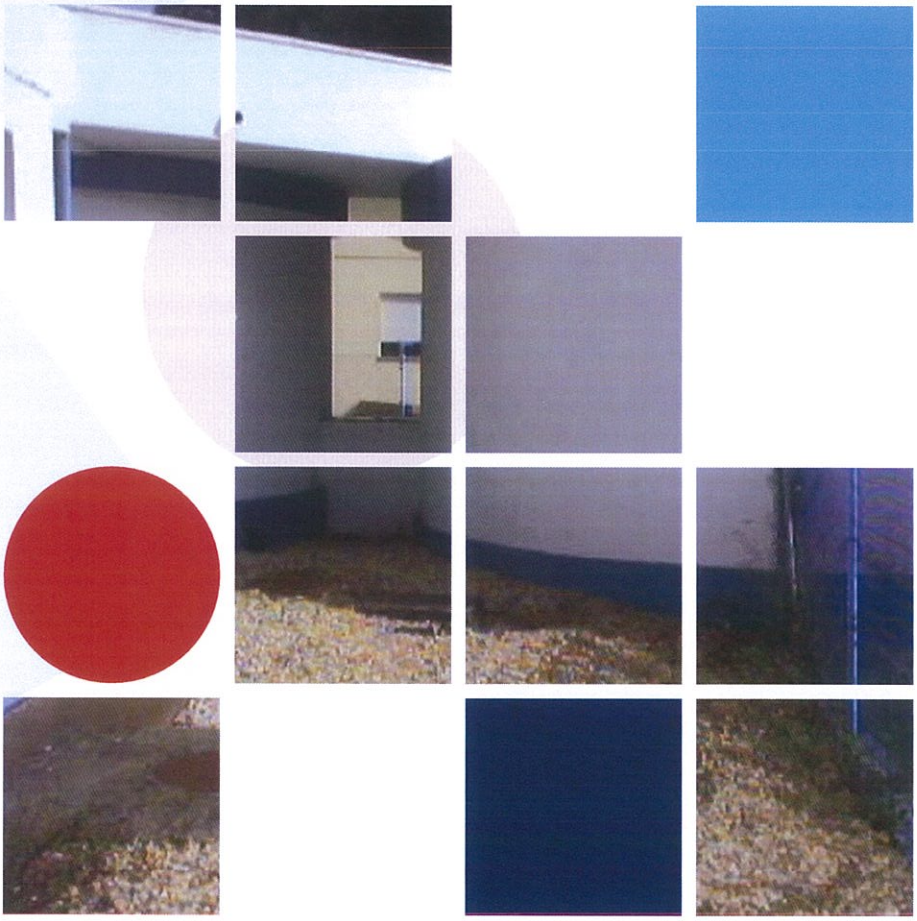
Área Comercial

- Promover a excelência na qualidade dos serviços prestados aos clientes finais e ao Município da Batalha;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado;
- Aumentar a confiança dos clientes nos serviços assegurados pela empresa.

Área Financeira

- Maximizar a criação do valor;
- Maximizar os rendimentos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura;
- Minimizar os custos operacionais;
- Maximizar a liquidez da empresa.

Síntese de Atividade em 2013



SINTESE DE ATIVIDADE EM 2013

ENVOLVENTE EXTERIOR

Enquadramento macroeconómico

Geral

O ano de 2013 ficou marcado por uma recuperação moderada do crescimento global, com sinais positivos extensíveis a todas as principais economias. A Zona Euro beneficiou da manutenção dos juros de referência em níveis baixos por um período de tempo prolongado. A Euribor a 3 meses manteve-se estável no período, terminado o ano em torno de 0,29 por cento.

Em Dezembro, o **Conselho do Banco Central Europeu (BCE)** decidiu manter em 0,25 por cento a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e em 0,75 por cento as taxas de cedência de liquidez.

Até Dezembro de 2013 a Euribor 3M aumentou 0,10 pontos percentuais e a Euribor 6M aumentou 0,07 pontos percentuais face a Dezembro de 2012.

Variação da Euribor nos últimos 3 anos:

	2011	2012	2013
Euribor 1M	1,02%	0,11%	0,22%
Euribor 3M	1,36%	0,19%	0,29%
Euribor 6M	1,62%	0,32%	0,39%
Euribor 12M	1,95%	0,54%	0,56%

Fonte: Banco de Portugal (valores de fim de período)

Ao longo de 2013 o **preço internacional do petróleo** registou um aumento de 10 por cento fixando-se nos 98,05 dólares/barril. O **preço do gasóleo** rodoviário registou uma redução de cerca de 2 por cento face a 2012, terminado o ano em 0,72 euros/litro.

Portugal

Em 2013, a evolução da economia portuguesa continuou significativamente condicionada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). É de realçar a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas e a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa.

No terceiro trimestre de 2013, o PIB diminui 1,0 por cento em volume, face a 2012. O contributo positivo da procura externa líquida (0,6 pp) não foi o suficiente para anular o efeito negativo da procura interna (-1,9 pp).

O consumo privado registou uma quebra de 1,1 por cento e o consumo público registou uma quebra de 1,4 por cento.

Em 2013, o **Índice de Preços no Consumidor** (IPC) registou uma taxa de variação média anual de 0,3 por cento, (2,8 por cento no ano anterior).

A taxa de variação média anual **do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor** (mais apropriado para comparações entre os diferentes países da União Europeia) diminuiu acentuadamente 2,4 p.p., para 0,4 por cento.

	Taxa de Variação Anual		
	2011	2012	2013
PIB*	(1,6%)	(3,2%)	(1,0%)
IPC	3,7%	2,8%	0,3%
IHPC	3,6%	2,8%	0,4%
Desemprego	12,7%	15,7%	16,3%
Consumo Privado*	(3,8%)	(5,3%)	(1,1%)
Consumo Público*	(4,3%)	(4,7%)	(1,4%)
Exportações*	7,2%	3,2%	6,6%
Importações*	(5,9%)	(6,6%)	5,1%

Fonte: Banco de Portugal e INE

* Dados 3º Trim de 2013

A taxa média de **desemprego** em 2013 prosseguiu a tendência observada na última década, fixando-se num máximo histórico de 16,3 por cento, contra os 15,7 por cento registados em 2012, o que constitui um aumento de 0,6 pontos percentuais.

Relativamente ao **comércio internacional**, e de acordo com a informação divulgada pelo INE, em Novembro as exportações registaram um crescimento real de 6,6 por cento e as importações inverteram a tendência (5,1% face a -6,6% em 2012).

A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

	2011	2012	2013
Muito **A**lta **T**ensão	130	n.a	n.a
Alta **T**ensão	138	n.a	n.a
Média **T**ensão	133	144	149
Baixa **T**ensão **E**special	144	156	162
Baixa **T**ensão **N**ormal	129	134	138

Fonte: ERSE; Em 2013 todos os preços apresentados correspondem a tarifas transitórias

Enquadramento Local

Fundado em 18 de março do ano 1500, o Município da Batalha ocupa uma área cerca de 104 km2, sendo limitado a norte e oeste por Leiria a Leste por Ourém, a sueste por Alcanena e a sudoeste por Porto Mós.
No município da Batalha a população é agora de 15.805 habitantes, o que representa um incremento de cerca de 5,4% face a 2001.

No mesmo período, o número de alojamentos aumentou em 1509, existindo agora um total de 8.335 fogos.

A Águas do Lena é Concessionária por um período de 23 anos, em regime de exclusividade do sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha.

A concessão de abastecimento de água potável tem uma cobertura de serviço de cerca de 99%, servindo um município com cerca de 16 mil habitantes com grande dispersão geográfica.

O segmento mais importante da nossa atividade situa-se no consumidor doméstico (74,6% de água fornecida), sendo o seu perfil de consumos ao longo do ano mais ou menos uniforme, com um consumo médio diário de 93,71 L/hab.

A implantação comercial e industrial tem um peso de 8,5% no número de contratos e 15,4% no volume de água vendida, correspondendo ao segundo segmento mais importante da nossa atividade.

As origens de abastecimento de água do sistema são do tipo Subterrâneas e Superficiais. O abastecimento à região do planalto de S. Mamede é assegurado pelo fornecimento em alta (tipo superficial) a partir da EPAL, sendo o restante município abastecido maioritariamente a partir de captações subterrâneas do próprio sistema e uma pequena parte pelo Município de Porto Mós de origem igualmente subterrânea.

É também fornecida água em alta ao Município de Porto Mós a partir do sistema de captação da zona dos Pinheiros e do Paúl que representa 5,1% do volume de negócios.

A água fornecida à população apresenta um bom padrão da qualidade, tendo-se registado uma percentagem de cumprimento de valores paramétricos de 100% relativo ao número de análises regulamentares.

As infraestruturas, assim como a rede de abastecimento são antigas, carecendo de investimentos que se encontram previstos no âmbito do plano de investimentos fornecido pela Concessionária à Concedente.

Regulação

A atividade desenvolvida no âmbito da concessão da exploração do sistema de abastecimento de água do concelho da Batalha está regulada por:

- **Contrato de Concessão**, celebrado entre esta e a Concedente – Câmara Municipal da Batalha – na sequência de Concurso Público Internacional para a Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha.
Na sequência da entrada em vigor de um novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, nos termos do Decreto-lei nº 194/2009, de 20 de agosto, a Aguas do Lena procedeu a elaboração de um segundo aditamento de contrato de concessão com vista à adaptação do mesmo às disposições constantes na referida lei. Este documento encontra-se em análise pela entidade Concedente.

- O **Regulamento Municipal** do Sistema Público e Predial de Distribuição de Água do Concelho da Batalha que estabelece e define as regras e condições a que deve obedecer o sistema de distribuição público e predial de água do concelho da Batalha, de forma que seja assegurado o seu bom funcionamento, preservando-se a segurança e saúde pública, bem como as relações entre a Câmara Municipal da Batalha, a concessionária e os clientes.
Com a entrada em vigor do Decreto – Lei nº 194/2009 de 20 de Agosto e a Portaria nº34/2011 de 13 de Janeiro este regulamento foi revisto à Luz dos referidos diplomas, encontrando-se em fase de apreciação pelo Município e pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR).

- O **Tarifário de Abastecimento de Água**, que constitui outro instrumento de regulação da atividade, é revisto com uma periodicidade anual com base na fórmula de revisão de preços constante no contrato e entra em vigor após a sua aprovação pela Câmara Municipal da Batalha, sendo igualmente remetido à entidade reguladora ERSAR.

- Pela **Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos**, (ERSAR), entidade reguladora de todos os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e a autoridade competente para a qualidade de água para consumo humano.

Até 30 de março de cada ano, a Águas do Lena tem de efetuar o preenchimento dos indicadores relativos ao ano anterior no âmbito do Processo de Avaliação da Qualidade do Serviço prestado aos clientes, promovido por esta entidade.

Com uma periodicidade anual a Águas do Lena tem ainda a responsabilidade de submeter à aprovação do ERSAR o Plano de Controlo da Qualidade da Água para o ano seguinte para aprovação.

- **Autoridade Concelhia de Saúde**. A atuação desta entidade abrange a atividade da concessão, através da vigilância sanitária da qualidade da água fornecida pela Aguas do Lena, que é feita de modo regular ao longo do ano. Para além dos ensaios realizados à água distribuída à população, a autoridade de saúde reúne-se periodicamente com a Aguas do Lena.

Em 2012 a comunicação de incumprimentos passou a ser realizada através de uma nova metodologia, conforme solicitação da Unidade de Saúde Pública -ACES Pinhal Litoral II, que até aquela data era realizada à Autoridade Saúde Local.

A partir de agosto de 2012 a Águas do Lena, reporta os incumprimentos verificados, bem como o seu seguimento e fecho, ao Delegado de Saúde do ACES Pinhal Litoral II, visando assim uma articulação direta com a unidade central, que avalia este tema.

Não obstante, este novo procedimento, a Águas do Lena mantém a comunicação simultânea à Autoridade de Saúde Local, mantendo a boa cooperação existente com essa entidade.

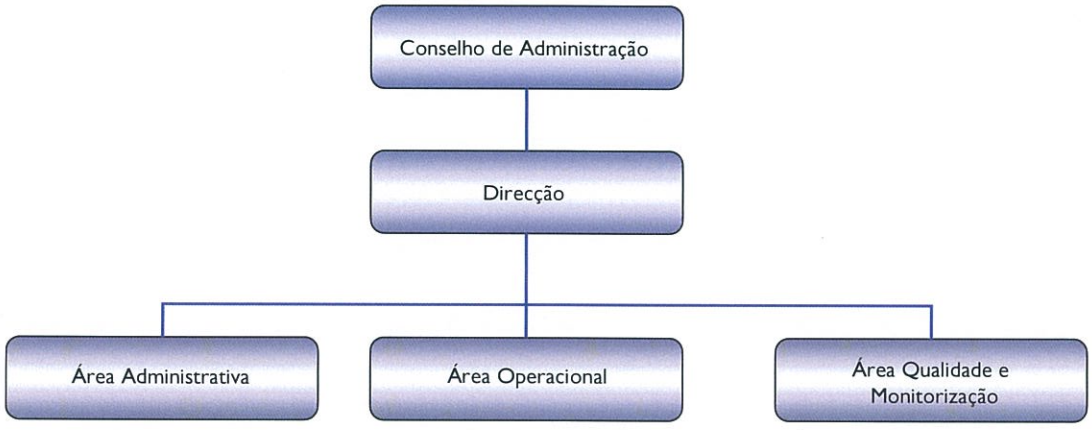
- **Agência Portuguesa do Ambiente ARH- Centro** – Entidade que supervisiona a gestão dos recursos hídricos. Com uma periodicidade anual a Aguas do Lena tem a responsabilidade de reportar o volume de água captado no ano anterior.

Para além das entidades anteriormente referidas, a atividade da empresa é também demarcada por contratos existentes com os seus clientes, de distribuição em "baixa" e em "alta" (Município de Porto de Mós), e fornecedores, assim como pela sua política de valores técnicos, ambientais e de responsabilidade social.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Águas do Lena integra-se na estrutura da Aquapor, sua acionista a 100%, que agrega empresas operadoras no mercado nacional com atividade essencialmente retalhista no sector de abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. Esta estrutura foi constituída com os meios próprios e responsabilidades pelos resultados com uma gestão operativa descentralizada.

Organograma



Competências

O **Conselho de Administração** é composto por 3 elementos e é o órgão responsável pela gestão das atividades da sociedade. Compete-lhe a definição de linhas de orientação estratégica adotando formas de atuação conducentes com os objetivos pretendidos.

Compete ao **Administrador Executivo** a gestão corrente da Concessionária, a definição de objetivos, a execução de orçamentos e planos anuais de atividade, a aquisição e prestação de serviços, o controlo da exploração do Sistema de Abastecimento, o desenvolvimento de atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos e a criação de condições de operacionalidade necessárias, a proposição de investimentos, a representação da Sociedade junto da Concedente, dos seus clientes, e de entidades representantes da Sociedade, e garantir o abastecimento ao Concelho nas devidas condições de qualidade, quantidade e continuidade.

A **Área Administrativa** integra três sectores de atuação distintos, com as seguintes competências:

Sector de Faturação, a quem compete a gestão da aplicação comercial e todos os processos associados, desde leituras, procedimento de suspensão de serviço de fornecimento de água e rescisão de contratos por falta de pagamento, inspeções, controlo de grandes consumidores, otimização de giros, atualização da base de dados de clientes.

No âmbito de responsabilidades do **Sector de Obras e Armazém**, encontra-se gestão de serviços, emissão e controlo de folhas de obra, imputação de custos, emissão e controlo de faturas, gestão do armazém, prospeção comercial e económica de fornecedores, classificação de **faturas** de fornecimento e lançamento de despesas de caixa.

Sector de Atendimento ao Cliente e Gestão Dívida - a quem compete a realização de cobrança de faturas, emissão de serviços solicitados pelos clientes, celebração e rescisão de contratos e gestão de dívida dos clientes.

A **Área Operacional** que tem como atribuições, atividades inerentes à manutenção da rede de abastecimento, condução e operação de estações elevatórias, instalação e substituição de contadores de água, construção de ramais de água, reparação de roturas na rede de abastecimento e todas as atividades decorrentes da gestão de clientes, que requerem a intervenção deste sector.

A **Área Qualidade e Monitorização** tem como atribuições a elaboração e implementação do Plano de controlo de qualidade da água (PCQA), análise dos resultados do controlo analítico e sua divulgação. É igualmente responsável pela implementação e acompanhamento do controlo analítico operacional.

Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2013 a empresa tinha 13 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

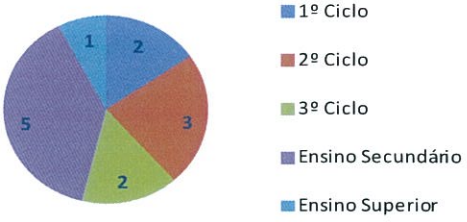
Tipo Contrato	2011	2012	2013
Contrato sem Termo	8	8	11
Contrato Termo Certo	4	5	2
Total	**12**	**13**	**13**

Colaboradores

Tipo Contrato	Saídas`13	Admissões`13
Contrato sem Termo	0	0
Contrato Termo Certo	0	0
Total	**0**	**0**

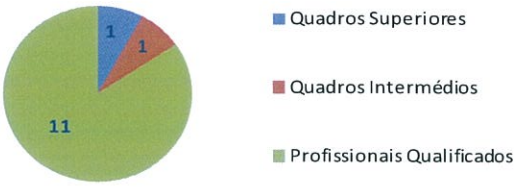
A distribuição dos colaboradores por níveis de habilitações era, no final de 2013 a seguinte:

Nível Habilitações	Homens	Mulheres	Total
1° Ciclo	2	0	2
2° Ciclo	3	0	3
3° Ciclo	2	0	2
Ensino Secundário	4	1	5
Ensino Superior	0	1	1
Total	**11**	**2**	**13**



A distribuição dos Recursos Humanos existentes por qualificação profissional foi a seguinte:

Nível Qualificação	Homens	Mulheres	Total
Quadros Superiores	0	1	1
Quadros Intermédios	1	0	1
Profissionais Qualificados	10	1	11
Total	**11**	**2**	**13**



Quanto ao nível de antiguidade verificou-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Antiguidade	Homens	Mulheres	Total
0 a 5 anos	5	0	5
5 a 10 anos	3	0	3
10 a 15 anos	2	2	4
> 15 anos	1	0	1
Total	**11**	**2**	**13**

O nível etário médio era de 41 anos, verificando-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

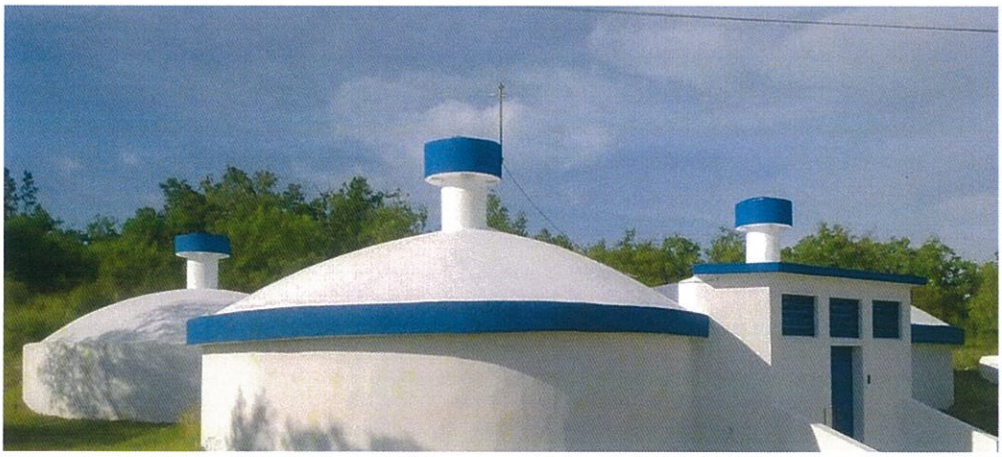
Nível Etário	Homens	Mulheres	Total
25 a 29 anos	1	0	1
30 a 34 anos	2	0	2
35 a 39 anos	1	1	2
40 a 44 anos	4	1	5
45 a 49 anos	1	0	1
50 a 54 anos	2	0	2
Total	**11**	**2**	**13**

Regras Societárias

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne mensalmente. A gestão corrente da sociedade é realizada por um Administrador Executivo.

As regras definidas pela AQUAPOR, através das comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2013

A atividade desenvolvida em 2013 pela Aguas do Lena ficou marcada pelos seguintes factos:

- **Redução de perdas de água em 2,9p.p..** A redução de perdas de água de 28,5% em 2012 para 25,6% em 2013 resultou de um esforço contínuo da organização quer ao nível técnico – operacional como é o exemplo da monitorização de consumo noturnos e a realização de campanhas de deteção de fugas, como a nível comercial através da determinação mensal de perdas de água por áreas de faturação e acompanhamento do perfil de consumo dos clientes, acompanhamento do perfil de consumos noturnos através do sistema de telegestão, acrescido de um forte envolvimento de todos os colaboradores.

- **Renovação do Parque de contadores** com a substituição de 9,6% do total de contadores instalados com idade superior a 8 anos e calibre até DN20.

- Continuação dos trabalhos de **modelação das pressões na rede** através da instalação de 2 andares de redução de pressão na rede, designadamente nas localidades da Golpilheira e do Moinho de Vento com o objetivo de otimizar a eficiência hídrica.

- Continuação dos trabalhos de **remodelação/Ampliação do sistema de telegestão**. Este sistema constitui uma preciosa ferramenta para o controlo dos parâmetros mais significativos da rede de abastecimento tais como: nível de água nos reservatórios, caudal e pressão rede. Permite igualmente detetar de uma forma mais atempada a ocorrência de roturas na rede de abastecimento e otimização da eficiência dos gastos de energia.

- Trabalhos de **reparação e beneficiação geral de reservatórios** do sistema, das quais se destaca a beneficiação geral da célula do reservatório elevado do reservatório da Calvaria e a beneficiação geral do reservatório do Covão da Carvalha.

- **Atribuição do Selo Exemplar da Qualidade da Água**. A Entidade Reguladora dos Serviços de Aguas e Resíduos (ERSAR) e o Jornal Água e Ambiente com a colaboração das associações APDA e APESB e do LENEC atribuiu o selo da qualidade exemplar da água para consumo humano 2013 à Aguas do Lena.

Água&Ambiente · ERSAR
SELO DE QUALIDADE
2013
Qualidade Exemplar
da Água para Consumo Humano

Este facto aconteceu pela primeira vez em Portugal e pretende evidenciar as entidades prestadoras de serviço de abastecimento público de água que, no ano de 2013 tenham assegurado uma qualidade exemplar da água para o consumo humano.

Para além da Águas do Lena, foram atribuídos selos de qualidade exemplar da água a 60 entidades que num universo de 403 prestam o serviço de abastecimento público de água.

Às entidades a quem foi atribuído um selo foi-lhes entregue um certificado numa cerimónia que ocorreu no dia 27 de Novembro de 2013 no âmbito do evento anual Expo Conferência da Agua e o direito de usar essa imagem na sua imagem institucional nomeadamente sítio da internet, comunicações e publicidade, entre outros.

Desempenho da Empresa

Em 2013 foram fornecidos ao Sistema de Abastecimento do Concelho 1.206.380m³, tendo em julho ocorrido o volume mensal máximo (130.206m³), e em março o mínimo (83.712m³).

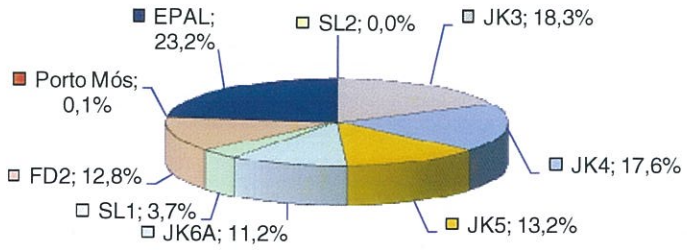
Como notas dominantes, em relação ao ano anterior, destaca-se:

- redução do volume de água captada a partir das captações de Pinheiros em cerca de 18,9%, que corresponde a 155.670 m3;
- diminuição do volume de água captada a partir das captações de Casal Mil Homens em cerca de 5%, que corresponde a 11.299m3;
- aumento do volume de água comprada ao Município de Porto de Mós em cerca de 5%, que corresponde a 63m3;
- aumento do volume de água comprada à EPAL em cerca de 1,4%, que corresponde a 4.363m³;

Nos gráficos seguintes são apresentadas as contribuições percentuais de cada origem seja captada ou adquirida a terceiros.

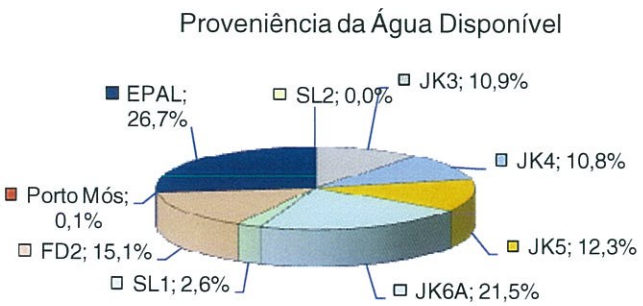
Ano 2012:

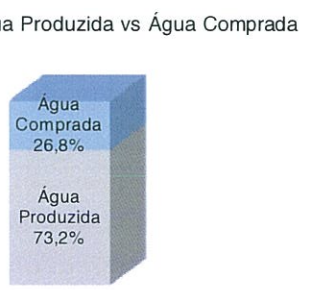
Proveniência da Água Disponível



Água Produzida vs Água Comprada

Ano 2013:





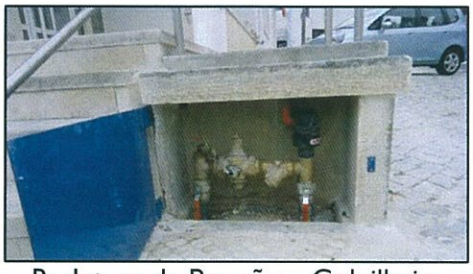
Exploração do Sistema

Operação dos Ativos

Para assegurar o rendimento da rede e o desenvolvimento do sistema de abastecimento e globalmente a qualidade do serviço, no decorrer de 2013 foram promovidas diversas intervenções nas vertentes técnico-operacional, económico-financeira, comercial e organizacional.

Na vertente técnico – operacional destaca-se a otimização dos recursos produzidos por captações próprias.

Foram realizados alguns investimentos, pela Aguas do Lena, na rede de abastecimento ao nível de modelação da pressão na rede pela instalação de andares de redução de pressão e de sectorização da rede pela instalação de válvulas de seccionamento e contadores gerais, que permitiram melhorar a eficiência hídrica do sistema.



Redutora de Pressão – Golpilheira

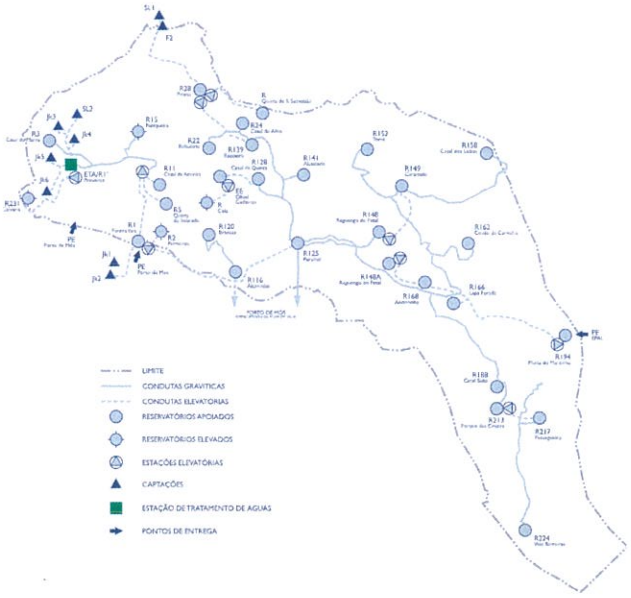
Deu-se igualmente continuidade ao projeto de renovação/ampliação do sistema de telegestão, que irá permitir por um lado alargar o controlo do sistema da rede de abastecimento por telegestão à Zona de Abastecimento EPAL e por outro lado atualizar o sistema nas zonas abrangidas.

Foi apresentado à Concedente, Câmara Municipal da Batalha o plano de investimentos para o próximo biénio 2014 – 2015, considerados prioritários para a melhoria de eficiência e eficácia do sistema.

A nível de intervenção na rede de registar a renovação da rede de abastecimento em algumas zonas do concelho pelo Município com a colaboração da Águas do Lena.

Na vertente comercial e organizacional, destaca-se a manutenção dos métodos de controlo de perdas físicas e comerciais e das atividades de inspeção com especial incidência nos clientes com consumo Zero, e seguimento de contratos com maior consumo.

Esquema de abastecimento de água ao Concelho da Batalha



Perdas de Água

Em 2013 registou-se uma percentagem de perdas de água de 25,6% que face a 2012 (28,5%) traduziu-se numa redução em 2,9 p.p. Esta redução resultou do desenvolvimento de um conjunto de ações que incidiram essencialmente em:

- Instalação de 10 contadores gerais e redefinição de algumas zonas de medição e controlo;
- Determinação da percentagem de perdas por áreas com base na água faturada;
- Monitorização de consumos noturnos, onde a percentagem de perdas de água assume valores mais relevantes;
- Campanha de deteção de roturas na rede de abastecimento que incidiram em 25 localidades do Concelho. Em 2013 foram detetadas 37 roturas com recurso a este equipamento, das quais 27 registaram-se em ramais de água e 10 em conduta.
- Instalação de 20 válvulas de seccionamento para uma melhor sectorização da rede
- Instalação de 2 redutoras de pressão para regularizar a pressão na rede

- Instalação de 7 ventosas ao longo da rede;
- Renovação do parque de contadores, num total de 9,6% dos contadores instalados;
- Reforço das ações de fiscalização com especial incidência nos clientes com consumo zero;
- Monitorização mensal dos 25 Maiores consumidores.

A Aguas do Lena, em 2014 irá dar continuidade aos trabalhos de determinação de percentagem de perdas de água por área de faturação e monitorização dos consumos noturnos de forma a identificar e centralizar-se nas áreas geográficas onde a percentagem de perdas de água assume valores mais relevantes. Por outro lado irá dar igualmente continuidade ao estudo do histórico de consumos de clientes e reforçar a atividade de inspeção. Com estas ações pretende-se obter uma melhoria no rendimento da rede.

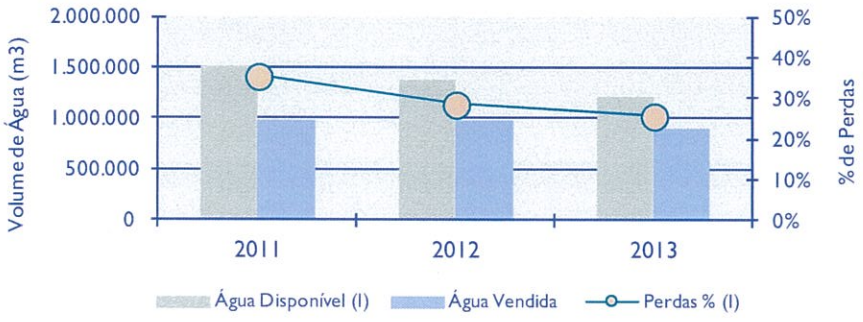
Volume de Água (m3)	2011	2012	2013	Variação (%) 2012/13
Água Disponível (I)	1.511.288	1.368.923	1.206.380	(11,9%)
Água Vendida	976.745	979.261	897.126	(8,4%)
Perdas % (II)	35,4%	28,5%	25,6%	(2,9 p.p.)

(I) Produzida + Comprada (em 2013 a água comprada corresponde a cerca de 23,6%)

(II) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional

p.p. - pontos percentuais

Evolução das Perdas



Manutenção do Sistema

Toda a atividade de manutenção do sistema foi assegurada, tendo a mesma incidido na beneficiação e pintura de estações elevatórias e reservatórias, renovação de ramais domiciliários, manutenção de equipamentos afetos ao sistema de abastecimento, renovação do parque de contadores e manutenção da rede de abastecimento.

O parque de contadores foi renovado em cerca de 9,6% do total de contadores instalados o que corresponde a 739 substituições de contadores.

Em termos de reparações na rede, em 2013 registaram-se 219 reparações de roturas sendo 81 em conduta e 138 em ramais de água. Das roturas ocorridas em ramais de água resultou a necessidade de se proceder à renovação de 111 ramais.
Comparativamente com o ano anterior, em 2013 obteve-se uma redução no nº roturas em cera de 8%

Em 2013 deu-se igualmente lugar à manutenção de um conjunto de infraestruturas do sistema com trabalhos de beneficiação geral, limpeza e pintura, das quais de destaca o reservatório do Covão da carvalha e o reservatório da Calvaria.

Reservatório do Covão da Carvalha

No que respeita à atividade de manutenção dos equipamentos, em 2013 a Águas do Lena deu continuidade às intervenções de manutenção preventiva, sistemática e condicionada de acordo com o plano de manutenção, tendo registo cerca de 270 intervenções preventivas.

Sistema de Controlo de Qualidade

A atividade de monitorização da qualidade da água desenvolveu-se de acordo com o programa de controlo de qualidade da água (PCQA), que compreende a vertente do controlo legal como entidade gestora em Alta e em Baixa, anualmente aprovada pela ERSAR, e a vertente de controlo operacional.

O programa de controlo da qualidade da água (Entidade Gestora em Alta e em Baixa) estabelecido de acordo com o Decreto-Lei foi totalmente cumprido mediante a realização de 60 controlos de rotina I, 22 controlos de rotina II e 6 Controlos de inspeção, correspondendo a 670 determinações analíticas.

A conformidade com os valores paramétricos estabelecidos no Decreto-Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto foi de 100%, o que evidencia uma excelente qualidade da água fornecida à população.

População Abrangida	15805
População Servida	15647
Nº de Zonas de abastecimento	4
Nº de análises regulamentares	670
Nº de análises - controlo operacional	334
% de análises em falta	0
% de análises em incumprimento	0%

Numa vertente complementar foi desenvolvido um programa de controlo operacional, com o objetivo de rastrear a qualidade da água de modo mais abrangente, permitindo assim atuar de modo preventivo no processo de controlo da qualidade da água, promovendo a melhoria contínua.

Foram assim realizados um conjunto de ensaios, que permitiram:

- otimizar o doseamento do agente desinfetante
- avaliar a qualidade da água na etapa de armazenamento
- otimizar o sistema de correção de pH

O controlo operacional envolveu a realização de controlos de rotina I em 30 reservatório do sistema, medições de teor de cloro ao longo da rede e nos pontos de cloragem e medições de pH na rede afeta à zona de abastecimento dos Pinheiros.

Do controlo analítico realizado aos reservatórios do sistema registaram-se 90 determinações, tendo-se obtido resultados de acordo com os VMA´S estabelecidos na legislação em vigor.

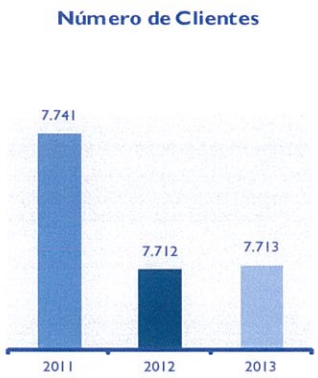
Das medições de campo realizadas ao cloro residual e pH registaram-se 211 e 33 medições, respetivamente.

Em 2013 a Águas do Lena deu conhecimento público, nos termos legais, dos resultados das análises efetuadas para o controlo da qualidade da água fornecida, através da sua colocação no Posto de Atendimento da Empresa, do envio para a Câmara Municipal da Batalha, Juntas de Freguesia e para a Autoridade de Saúde Local e através da página da Internet. Anualmente os resultados da qualidade da água são igualmente fornecidos à Entidade reguladora, ERSAR.

Área Comercial

Em 2013 a empresa celebrou 340 novos contratos o que, face às 339 baixas de contratos verificadas, resultou num acréscimo de 1 cliente, tal como podemos observar no quadro seguinte:

Novos Contratos	340
Baixas de Fornecimento	339
Variação no nº de Clientes	**1**



O Volume de Negócios registou a seguinte evolução:

(em euros)

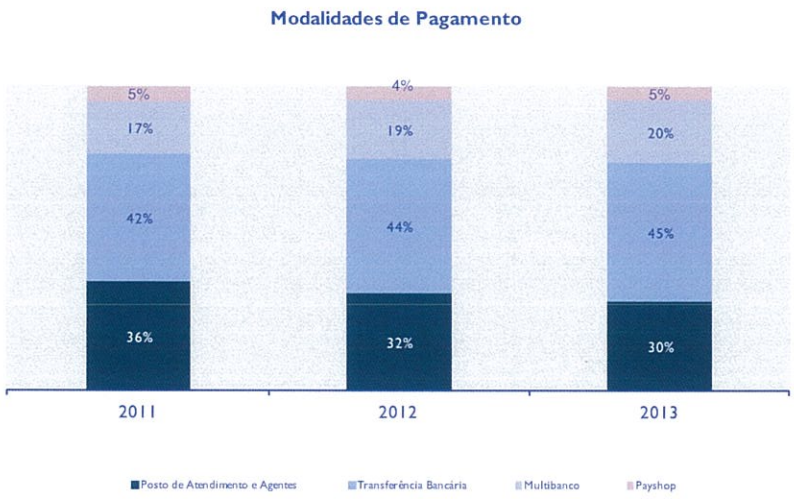
Vendas e Prestações de Serviços	2011	2012	2013	Variação (%) 2012/13
Venda de Água	670.576	718.751	704.077	(2,0%)
Taxa de Disponibilidade	228.276	275.970	295.131	6,9%
Total Vendas de Água + Taxa Disp.	**898.852**	**994.721**	**999.208**	**0,5%**
Ramais (Abertura)	14.580	15.415	9.271	(39,9%)
Outros Serviços	44.217	44.320	48.899	10,3%
Total das Prestações de Serviços	**58.797**	**59.735**	**58.170**	**(2,6%)**
Total de Volume de Negócios	**957.649**	**1.054.456**	**1.057.377**	**0,3%**

O Volume de negócios da Concessão regista um aumento de 0,3% face a 2012. Este incremento não acompanha o aumento do tarifário de 3,3% devido à quebra de venda de água em 2% e quebra na prestação de serviços em 2,6%.

No que se refere a detalhe sobre clientes, a Empresa serviu diversos segmentos dos quais se destaca o segmento doméstico que representa 86,1% dos contratos existentes, sendo responsável pelo consumo de 74,6% da água vendida.

Tipo do Cliente	Volume Vendido (m^3)	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)
Doméstico	540.625	74,6%	681.485	1,26	6.635	86,1%
Comércio e Indústria	111.493	15,4%	170.818	1,53	652	8,5%
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	29.283	4,0%	25.392	0,87	200	2,6%
Instituições de Utilidade Pública	22.037	3,0%	14.522	0,66	70	0,9%
Obras	5.877	0,8%	20.159	3,43	70	0,9%
Outros	15.556	2,1%	32.402	2,08	83	1,1%
Água em Baixa	**724.870**		**944.779**		**7.710**	
Água em Alta	**172.256**		**54.429**		**3**	
Total	**897.126**		**999.208**		**7.713**	

A nível da modalidade de pagamento, em 2013 a modalidade escolhida pela maioria dos clientes centrou-se na transferência bancária e na modalidade do posto de atendimento/agentes seguindo-se-lhe a modalidade por multibanco. A modalidade de pagamento por Payshop aumentou 1%, que à semelhança dos anos anteriores, continua a registar valores de aderência manifestamente baixos.



Relações com o Concedente

As relações com a Concedente centraram-se fundamentalmente em assuntos relacionados com o abastecimento de água aos Munícipes, nomeadamente no que respeita às melhorias e investimentos no sistema do Concelho, necessários para melhorar a distribuição, em termos de qualidade e quantidade.

Em 2013 deu-se continuidade aos trabalhos de adaptação da estrutura tarifária ao DL nº 194/2009 e recomendações ERSAR nº1/2009 e nº 2/2010.

Foi também efetuada uma revisão ao projeto do Regulamento Municipal do Sistema Público e Predial de Distribuição de Água do Concelho da Batalha de acordo com as recomendações da ERSAR, que encontra-se em apreciação pela Câmara Municipal da Batalha e ERSAR.

Relações com Outros Interessados no Desempenho da Sociedade

Nas relações com outros interessados no desempenho da comunidade a Águas de Lena, S.A. privilegiou o contacto com diversos agentes com responsabilidades na Sociedade, designadamente com entidades da Administração Pública, Juntas de Freguesia do Concelho (Batalha, Reguengo do Fétal, Golpilheira e São Mamede), com as autoridades de Saúde, representada pela figura do seu Delegado e agentes de cobrança.

ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

Nota Introdutória:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas do Lena, S.A., no exercício de 2013, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2013.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

Análise de Gastos e Rendimentos

(em euros)

Demonstração dos Resultados	2011	2012	2013	Var. %
Vendas	898.852	994.721	999.208	0,5%
Prestações de Serviços	58.797	59.735	58.170	(2,6%)
Volume de Negócios	957.649	1.054.456	1.057.377	0,3%
CMVMC	174.223	180.049	171.884	(4,5%)
Fornecimentos e Serviços Externos	453.351	477.322	481.615	0,9%
Gastos com o Pessoal	197.560	195.283	209.823	7,4%
Outros Resultados Operacionais	14.937	(17.002)	19.262	213,3%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	147.452	184.800	213.318	15,4%
Amortizações	68.559	92.284	89.563	(2,9%)
Resultado operacional (RO)	78.894	92.516	123.755	33,8%
Resultados Financeiros	(61.666)	(88.795)	(94.031)	(5,9%)
Resultados Antes de Impostos	17.227	3.720	29.724	699,0%
Imposto Sobre o Rendimento	3.028	3.578	5.285	47,7%
Resultado Líquido do Exercício	14.199	143	24.439	17039,0%

A empresa gerou, no ano de 2013, um Resultado Líquido positivo de 24.439 euros, que representa uma melhoria de 24,3m€ face ao ano anterior.

Demonstração dos Resultados	2011	2012	2013	Var. %
EBITDA Ajustado (*Cash-Flow* Operacional)	129.680	185.275	205.978	11,2%
Margem EBITDA Ajustado	13,54%	17,57%	19,48%	1,9 p.p.
EBIT (Resultado Operacional)	78.894	92.516	123.755	33,8%
Margem EBIT	8,24%	8,77%	11,70%	2,9 p.p.

EBITDA Ajustado = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades

Margem EBITDA Aj = EBITDA Aj/ Volume de Negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios

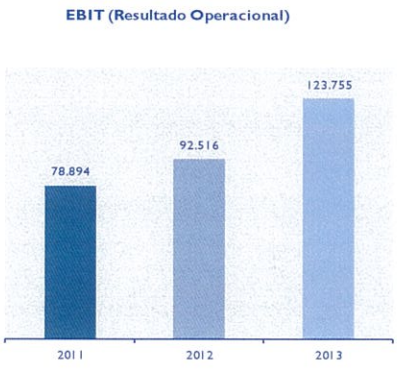
O volume de negócios apresenta um aumento de 0,3%, que se subdivide em:

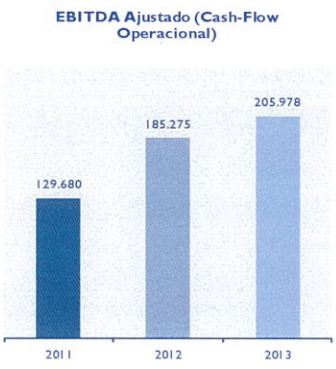
- Aumento das Vendas em 0,5%: O valor de água vendida diminuiu 2% face a 2012 – O aumento de tarifário não compensou a diminuição do volume vendido e a Taxa de Disponibilidade aumentou 6,9%.

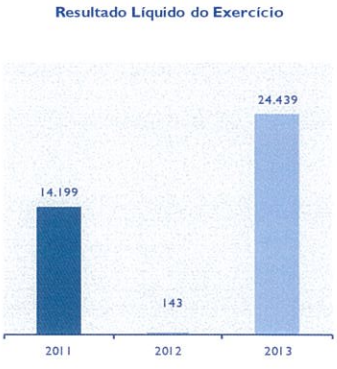
- Redução de 2,6% nas prestações de serviços, com maior impacto na abertura de ramais.

A variação em gastos com pessoal não representa um aumento real mas uma reclassificação contabilística com contrapartida em outros rendimentos operacionais (mão-de-obra alocada aos contadores – trabalhos para a própria empresa).

O EBITDA Ajustado (*Cash-Flow* Operacional) e o EBIT (Resultado Operacional) registaram acréscimos face ao ano anterior de 11,2% e 33,8% respetivamente.







O Resultado Financeiro contribuiu desfavoravelmente para a empresa diminuindo 5,9% em relação a 2012, pelo aumento dos custos com os serviços bancários na abertura do empréstimo de médio/longo prazo. Os juros suportados reduzem pelos montantes em divida.

Análise do Balanço

O Total do Ativo atingiu, no final de 2013, o montante de 2 milhões de euros, valor inferior em 11% ao registado no final de 2012.

A redução dos **Ativos não Correntes**, é justificada pela diminuição em 50% dos impostos diferidos referentes aos ajustamentos de transição para o SNC.

Os **Ativos Correntes** decresceram 9,2% que se justifica pela redução da divida acionista em 200m€ atenuados pelo acréscimo das disponibilidades.

O **Capital Próprio** aumentou pelo resultado líquido do exercício.

A variação do **Passivo não Corrente**, deveu-se essencialmente pela contratação de divida de médio/longo prazo e pela diminuição dos impostos diferidos.

Os **Passivos Correntes** reduziram 67% devido ao decréscimo do endividamento bancário de curto prazo (como contrapartida de divida de médio/longo prazo).

(em euros)

Balanço	2011	2012	2013	Var. %
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	636.874	628.556	657.048	4,5%
Ativos por Impostos Diferidos	460.369	306.913	153.456	(50,0%)
Total dos Ativos não Correntes	**1.097.243**	**935.468**	**810.505**	**(13,4%)**
Contas a Receber	331.742	327.911	303.435	(7,5%)
Accionistas/Sócios	700.000	700.000	500.000	(28,6%)
Outros	242.459	225.025	334.567	48,7%
Total dos Ativos Correntes	**1.274.201**	**1.252.936**	**1.138.002**	**(9,2%)**
Total do Ativo	**2.371.444**	**2.188.404**	**1.948.507**	**(11,0%)**
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	**329.304**	**329.446**	**353.885**	**7,4%**
Passivos por Impostos Diferidos	454.562	303.041	151.521	(50,0%)
Financiamentos Obtidos	0	0	916.667	
Outros	31.402	26.939	22.088	(18,0%)
Total dos Passivos não Correntes	**485.964**	**329.980**	**1.090.276**	**230,4%**
Financiamentos Obtidos	1.231.948	1.140.010	83.333	(92,7%)
Contas a Pagar	324.229	388.968	421.014	8,2%
Total dos Passivos Correntes	**1.556.177**	**1.528.978**	**504.347**	**(67,0%)**
Total do Passivo	**2.042.141**	**1.858.958**	**1.594.622**	**(14,2%)**
Total do Capital Próprio e do Passivo	**2.371.444**	**2.188.404**	**1.948.507**	**(11,0%)**

Indicadores

Os indicadores de rentabilidade aumentaram influenciados pelo resultado líquido alcançado em 2013.

Ao nível dos indicadores de Endividamento, Autonomia Financeira e Solvabilidade, cresceram favoravelmente tendo as rubricas de Capitais Alheios e Ativo contribuído para o efeito, já que diminuíram face a 2012.

Indicadores	2011	2012	2013	Var. p.p.
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	4,31%	0,04%	6,91%	6,9 p.p.
Rentabilidade do Ativo (%)	0,60%	0,01%	1,25%	1,2 p.p.
Autonomia Financeira (%)	13,89%	15,05%	18,16%	3,1 p.p.
Solvabilidade (%)	16,13%	17,72%	22,19%	4,5 p.p.

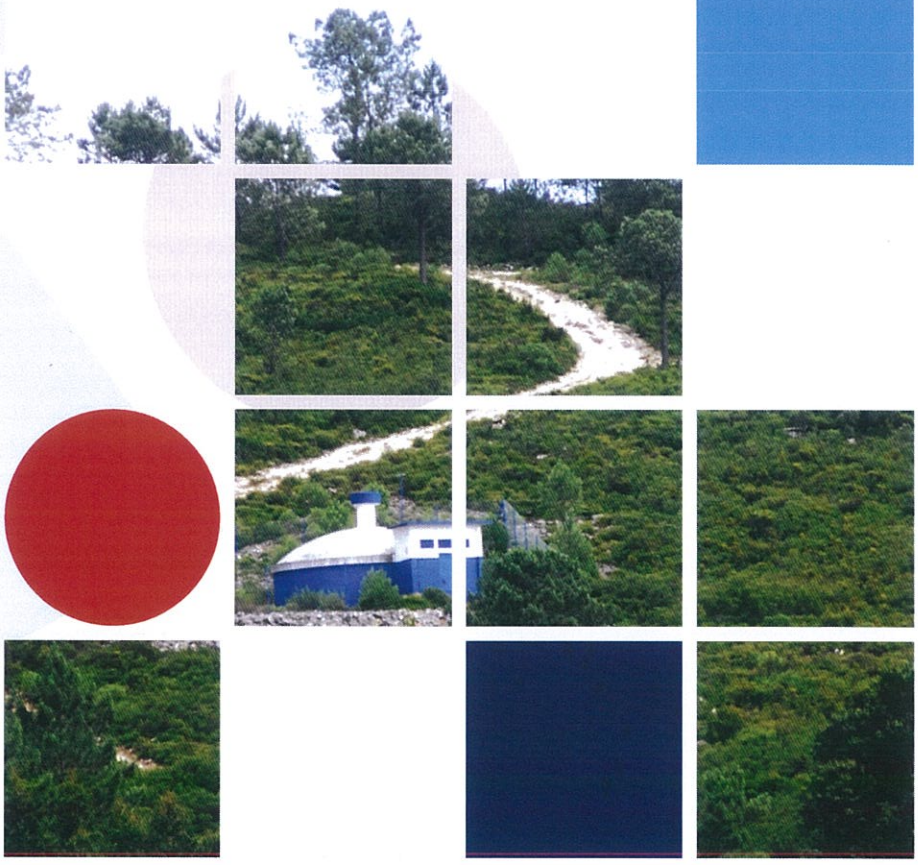
Investimentos

Os investimentos totalizaram um montante total de 124.156 euros, distribuídos da seguinte forma:

(em euros)

Investimentos	2011	2012	2013	Variação 12/13
Ativos Intangiveis	103.115	56.599	106.540	88,2%
Contadores	*64.509*	*56.599*	*46.604*	(17,7%)
Outros	*38.606*	*0*	*59.936*	
Equipamento Básico	2.546	1.437	1.268	(11,7%)
Equipamento Administrativo	1.469	14.454	957	(93,4%)
Equipamento de transporte	1.297	0	0	
Outros Tangíveis (em curso)	0	*9.531*	15.390	
Total	**108.427**	**82.021**	**124.156**	**51,4%**

Perspetivas para o Futuro



PERSPETIVAS PARA O FUTURO

O próximo exercício, correspondente ao décimo oitavo ano de atividade, será caracterizado, na generalidade, pela continuidade de um conjunto de investimentos constantes do aditamento ao contrato de concessão quer pela Concedente quer pela Concessionária.

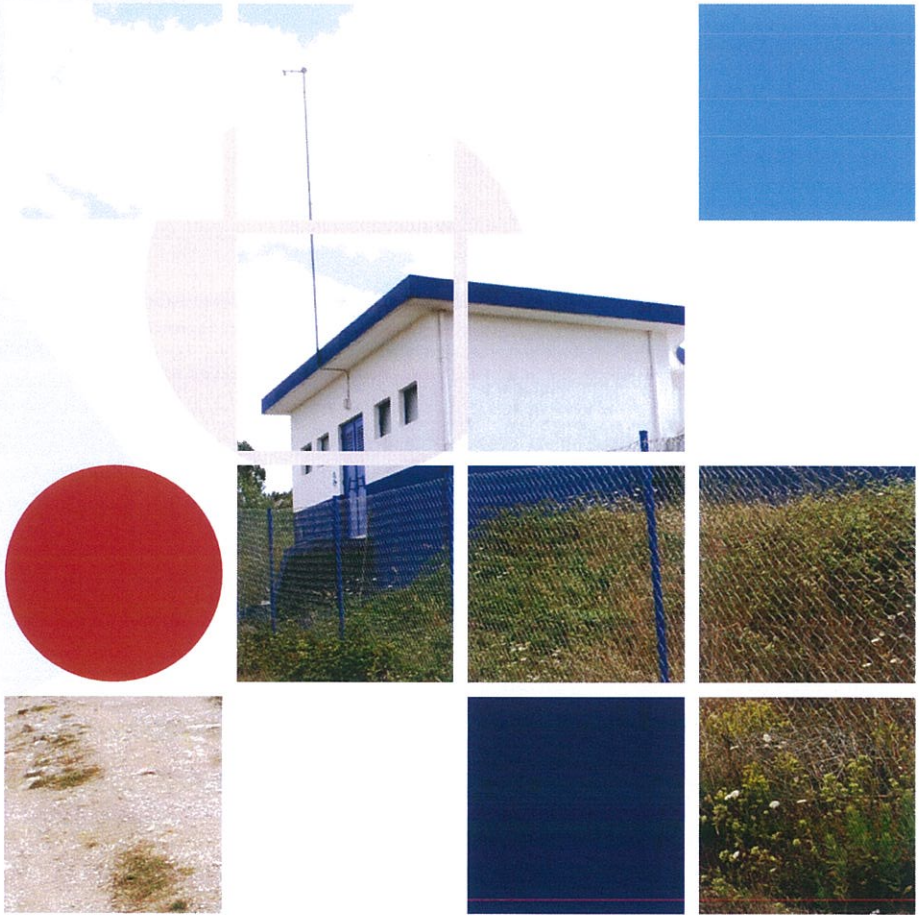
Como objetivos gerais foram estabelecidos:

- Manter/melhorar a qualidade do serviço prestado aos Munícipes do Concelho da Batalha, sem prejuízo dos resultados da empresa;
- Melhorar resultado líquido;
- Reduzir as perdas técnicas;
- Reduzir a percentagem da faturação com consumo Zero;
- Reduzir o número de roturas na rede de abastecimento e ramais de água;
- Renovar o parque de contadores;
- Manter uma qualidade da água ≥ 99% (conforme indicador ERSAR);

Como prioridade na gestão da Águas do Lena, no domínio da área económico – financeira, o expectável aumento de rendimentos deverá ser acompanhado pela continuidade no controlo de gastos, sobretudo nos operacionais.

Na vertente técnico operacional, constitui prioridade a continuação do programa de controlo ativos de perdas de água, com o objetivo de se obter uma percentagem de perdas ≤ 23%.

Considerações Finais



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2013, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente – Câmara Municipal da Batalha;
- O Acionista AQUAPOR - Serviços, SA, pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram provas no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- À entidade reguladora, ERSAR, pela sua exigência e contínua atenção no desempenho da empresa;
- Os Trabalhadores de Águas do Lena, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.

Outras Informações

OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66° do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2013;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2013;
- A sociedade não tem sucursais.

Proposta de Aplicação de Resultados

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2012, no montante de 24.439 euros, tenha a seguinte distribuição:

- Um montante de 1.222 euros, correspondentes a 5% do resultado, para reforço da Reserva Legal;
- A importância sobrante, no valor de 23.217 euros para Resultados Transitados.

O Conselho de Administração

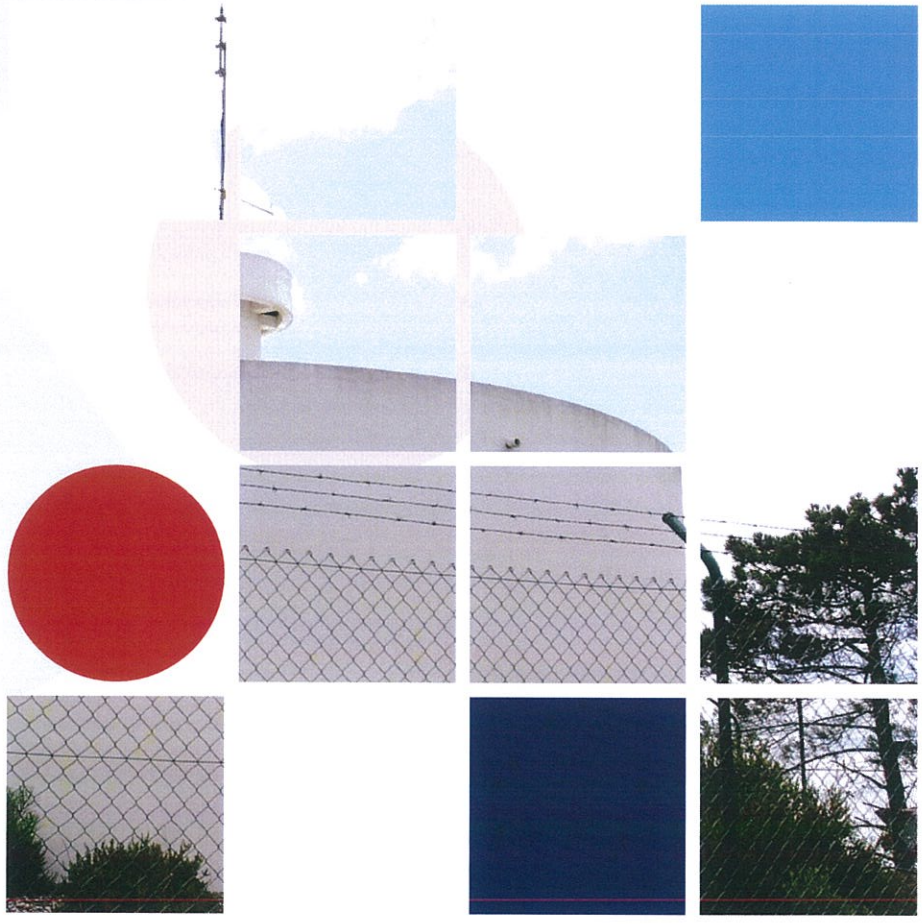
Eng. Diogo Manuel Mena Faria de Oliveira

Dr. José António Ferreira dos Santos

Dr. Joaquim de Jesus Carmo Gomes

Batalha, 28 de Março de 2014

Contas do Exercício de 2013 e Respetivo Anexo



CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013 E RESPETIVO ANEXO

Águas do Lena, S.A.
BALANÇO
31 de dezembro de 2013

Quantias em Euros

	Notas	31-12-2013	31-12-2012
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	**8**	29.126	18.310
Ativos Intangíveis	**7**	627.922	610.246
Ativos por Impostos Diferidos	**12**	153.456	306.913
		810.505	935.468
Ativo Corrente			
Inventários	**9**	37.310	41.417
Clientes	**13.1**	203.103	200.628
Estado e Outros Entes Públicos	**15.1**	48.408	57.536
Accionistas/Sócios	**13**	500.000	700.000
Outras Contas a Receber	**13.2**	51.924	69.747
Caixa e Depósitos Bancários	**4**	297.257	183.608
		1.138.002	1.252.936
Total do Ativo		**1.948.507**	**2.188.404**
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital	**13.4**	625.000	625.000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	**13.5**	2.568.918	2.568.918
Reservas Legais	**15.2**	717	710
Resultados Transitados	**15.2**	(2.865.189)	(2.865.324)
Resultados Líquidos do Período	**15.2**	24.439	143
Total do Capital Próprio		**353.885**	**329.446**
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	**11**	15.603	19.581
Financiamentos Obtidos	**13**	916.667	-
Passivos por Impostos Diferidos	**12**	151.521	303.041
Outras Contas a Pagar	**13.3**	6.485	7.358
		1.090.276	329.980
Passivo Corrente			
Fornecedores	**13**	153.189	130.059
Estado e Outros Entes Públicos	**15.1**	17.068	12.629
Financiamentos Obtidos	**13**	83.333	1.140.010
Outras Contas a Pagar	**13.3**	250.757	246.280
		504.347	1.528.978
Total do Passivo		**1.594.622**	**1.858.958**
Total do Capital Próprio e Passivo		**1.948.507**	**2.188.404**

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas

Águas do Lena, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
Período findo em 31 de dezembro de 2013

Quantias em Euros

	Notas	31-12-2013	31-12-2012
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	**10**	1.057.377	1.054.456
Trabalhos para a Própria Entidade	**15.9**	28.796	-
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	**9**	(171.884)	(180.049)
Fornecimentos e Serviços Externos	**15.3**	(481.615)	(477.322)
Gastos com o Pessoal	**14**	(209.823)	(195.283)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	**13.1**	1.265	(4.476)
Provisões (Aumentos/Reduções)	**11**	6.074	4.000
Outros Rendimentos e Ganhos	**15.4**	7.488	3.118
Outros Gastos e Perdas	**15.5**	(24.361)	(19.645)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		**213.318**	**184.800**
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	**15.6**	(89.563)	(92.284)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		**123.755**	**92.516**
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	**15.7**	2.577	5.872
Juros e Gastos Similares Suportados	**15.8**	(96.608)	(94.667)
Resultado antes de Impostos		**29.724**	**3.720**
Impostos sobre o Rendimento do Período	**12**	(5.285)	(3.578)
Resultado Líquido do Período		**24.439**	**143**

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas

ÁGUAS DO LENA

Água&Ambiente - ERSAR SELO DE QUALIDADE 2013

Águas do Lena, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
Período findo em 31 de dezembro de 2013

Quantias em Euros

Descrição		Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	**1**	**625.000**	**2.568.918**		**(2.878.813)**	**14.199**	**329.304**
APLICACÃO DE RESULTADOS							
Constituição da Reserva Legal		-	-	710	-	-	710
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados		-	-		13.489	(14.199)	(710)
	2	-	-	710	13.489	(14.199)	-
ALTERACÕES NO PERÍODO	**3**	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**4**					143	143
RESULTADO INTEGRAL	**5=3+4**					143	143
OPERACÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO	**6**	-	-	-	-	-	-
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	**7=1+2+3+4+6**	**625.000**	**2.568.918**	**710**	**(2.865.324)**	**143**	**329.446**
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	**7**	**625.000**	**2.568.918**	**710**	**(2.865.324)**	**143**	**329.446**
APLICACÃO DE RESULTADOS							
Constituição da Reserva Legal		-	-	7	-	-	7
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados		-	-	-	136	(143)	(7)
	8			7	136	(143)	-
ALTERACÕES NO PERÍODO	**9**	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**10**					24.439	24.439
RESULTADO INTEGRAL	**11=9+10**					24.439	24.439
OPERACÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO	**12**	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	**13=7+8+9+10+12**	**625.000**	**2.568.918**	**717**	**(2.865.189)**	**24.439**	**353.885**

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas

Águas do Lena, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Período findo em 31 de dezembro de 2013

	Quantias em Euros	
	31-12-2013	**31-12-2012**
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de Clientes	1.681.504	1.588.138
Pagamentos a Fornecedores	(764.336)	(867.444)
Pagamentos ao Pessoal	(180.001)	(211.159)
Caixa gerada pelas operações	737.167	509.535
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(1.992)	(1.881)
Outros recebimentos / pagamentos	(521.360)	(351.210)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)	**213.814**	**156.443**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	(2.565)	(6.768)
Ativos Intangíveis	(73.095)	(11.723)
	(75.660)	**(18.492)**
Recebimentos provenientes de:		
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)	**(75.660)**	**(18.492)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1.700.000	-
	1.700.000	**-**
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(84.496)	(68.134)
Outras Operações de Financiamento	(500.000)	-
		(68.134)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	**1.115.505**	**(68.134)**
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	**1.253.659**	**69.817**
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	(956.402)	(1.026.219)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	297.257	(956.402)

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas

Águas do Lena, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros
exceto quando expressamente indicado de outra forma)

1. Identificação da Entidade

A Águas do Lena, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha, S.A., é uma sociedade anónima constituída em dezembro de 1996, tendo como objeto social a exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público do Concelho da Batalha.

A empresa tem a sua sede na Rua Infante Dom Fernando, Lote 10, Batalha, Portugal.

O capital social da Empresa é detido exclusivamente (100%) pela Aquapor – Serviços, S.A., com sede em Lisboa.

Atividade Concessionada

Em 24 de janeiro de 1997 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Câmara Municipal da Batalha e a Águas do Lena, S.A., pelo prazo de 15 anos e mediante uma renda total de 2.294.470 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado "Período de Transição" onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal) teve início no dia 24 de março de 1997. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas do Lena.

No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infra-estruturas, instalações e equipamentos (com excepção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infra-estruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente.

De acordo com contrato de concessão, estas infra-estruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da

Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infra-estruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1° e 2° anos: 498.798 Euros; 3° ano e seguintes: 99.760 Euros, sendo actualizada anualmente pela aplicação do IPC.

Em dezembro de 2010 foi estabelecida, entre a Águas do Lena, S.A. e a Câmara Municipal da Batalha, uma Adenda ao Contrato de Concessão, com um consequente acréscimo de 8 anos no Contrato, vigorando este até fevereiro de 2020.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

As demonstrações financeiras de 2012 e 2013 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis.

3. Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infra-estruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infra-estruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no

retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

(a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2013	2012
Edifícios e outras construções	10%	10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% – 33,33%	10% – 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do Ativo Fixo Tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera -se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efectuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos Intangíveis

Activos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não

são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão e Outros em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2013	2012
Direitos de Concessão	13,56%	12,54%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros	13,56%	12,54%

O gasto com amortizações de Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

(b.1) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada

Para os bens (que se materializaram em direitos de utilização de infra-estruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão, normalmente fazer-se pelo prazo da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 25%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,2% (valor da Derrama aplicável no Município da Batalha) sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 26,2%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 10 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 10 milhões de Euros, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 29,5% e os 31,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

(d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

(e.1) Acionistas/Sócios

Os empréstimos a acionistas encontram-se valorizados ao custo menos imparidade determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.2) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.3) Outras Contas a Receber

As outras contas a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

(e.4) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende, além da Caixa e Bancos, os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

(f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(h) Rubricas dos Capitais Próprios

(h.1) Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(h.2) Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

(i) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas às Provisões:

(i.1) Provisões para investimentos de substituição

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa, vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

(j) Outros Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

(j.1) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo.

(j.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

(j.3) Outras Contas a Pagar

As outras contas a pagar encontram-se valorizadas ao custo e incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos; e
- Outros credores

(l) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transacções.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

(m) Vendas e Prestações de Serviço

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

(m.1)Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

(m.2)Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

(n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica "Outras Contas a Pagar".

(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(o) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo.

(p) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
    - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
    - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(q) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.2 Juízos de valor

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

(b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos fatos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental

- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(b) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2013	2012
Caixa	400	400
Depósitos à Ordem	296.857	183.208
	297.257	**183.608**

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa constante da Demonstração de Fluxos de Caixa decompõe-se da seguinte forma:

	2013	2012
Caixa	400	400
Depósitos à Ordem	296.857	183.208
	297.257	183.608
Descobertos Bancários	-	(1.140.010)
	297.257	**(956.402)**

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adoptada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detectados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Actividade	Localização
Aquapor Serviços	Gestão de Participações	Lisboa
Luságua Alcanena	Distribuição de Água	Município de Alcanena
Luságua Serv. Ambientais	Tratamento de Águas Residuais	Prestação de Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação directa na Águas do Lena, S.A. correspondente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

	Natureza do Relacionamento	
Parte relacionada	Serviços que a Águas do Lena presta / Transações que faz	Serviços que a Águas do Lena recebe / Transações que recebe
Aquapor Serviços	Juros Contrato Mutuo	Assistência técnica, aluguer de equipamento, honorários de administrativos e apoio comercial
Luságua Alcanena	-	Ocupação de espaço
Luságua Serv. Ambientais	-	Análises de Laboratório e trabalhos de manutenção.

A quantia das transações e os saldos pendentes com as partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Compras de Bens	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas
Aquapor Serviços	*2013*	2.259	137.297	-	2.259	17.552	500.000
	2012	-	133.774	-	-	18.320	700.000
Luságua Serviços Ambientais	*2013*	-	15.064	17.940	-	1.486	-
	2012	-	15.386	-	-	4.123	-
Luságua Alcanena	*2013*	-	32.849	1.268	-	15.314	-
	2012	-	18.398	-	-	(4.692)	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se descriminadas no quadro seguinte:

	2013	2012
Total de remunerações	31.427	32.081
	31.427	**32.081**

7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direito de Utilização	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Custo:					
1 de janeiro de 2012	3.208.997	294	68.325	-	3.277.616
Aumentos	56.599	-	-	9.531	66.130
Abates	(12.020)	-	(3.461)	-	(15.481)
31 de dezembro de 2012	3.253.576	294	64.864	9.531	3.328.265
Aumentos	46.604	-	2.761	57.175	106.540
Transferências	-	-	-	-	-
Abates	(8.831)	-	-	-	(8.831)
31 de dezembro de 2013	**3.291.349**	**294**	**67.625**	**66.706**	**3.425.973**

	Direito de Utilização	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
Amortizações e Imparidade:					
1 de janeiro de 2012	2.598.859	294	50.726	-	2.649.879
Amortizações	77.558	-	-	-	77.558
Abates	(8.972)	-	(446)	-	(9.418)
31 de dezembro de 2012	2.667.445	294	50.280	-	2.718.019
Amortizações	76.922	-	5.841	-	82.763
Abates	(2.732)				(2.732)
31 de dezembro de 2013	2.741.635	294	56.121	-	**2.798.050**
Valor líquido contabilístico:					
A 31 de dezembro de 2013	**549.714**	**-**	**11.503**	**66.706**	**627.922**
A 31 de dezembro de 2012	**586.131**	**-**	**14.584**	**9.531**	**610.246**
A 1 de janeiro de 2012	**610.138**	**-**	**17.600**	**-**	**627.737**

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direitos de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Câmara Municipal da Batalha'.

8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Imobilizações em curso	Total Ativos Tangíveis
Custo:							
1 de janeiro de 2012	19.525	75.547	23.836	79.243	8.613	-	206.764
Aumentos	-	1.437	-	14.454	-	-	15.891
Transferências	-	-	-	(4.650)	-	-	(4.650)
31 de dezembro de 2012	19.525	76.984	23.836	89.047	8.613	-	218.005
Aumentos	-	1.268	-	957	-	15.390	17.616
Abates	-	-	-	(364)	-	-	(364)
31 de dezembro de 2013	**19.525**	**78.252**	**23.836**	**89.640**	**8.613**	**15.390**	**235.257**

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Imobilizações em curso	Total Ativos Tangíveis
Amortizações e Imparidade:							
1 de janeiro de 2012	19.525	71.739	22.837	75.686	7.840	-	197.627
Amortizações	-	737	324	5.262	396	-	6.718
Abates	-	-	-	(4.650)	-	-	(4.650)
31 de dezembro de 2012	19.525	72.476	23.161	76.298	8.236	-	199.696
Amortizações	-	798	324	5.533	145	-	6.799
Abates	-	-	-	(364)	-	-	(364)
31 de dezembro de 2013	**19.525**	**73.271**	**23.485**	**81.467**	**8.381**	**-**	**206.131**
Valor líquido contabilístico:							
A 31 de dezembro de 2013	**-**	**4.979**	**351**	**8.173**	**232**	**15.390**	**29.126**
A 31 de dezembro de 2012	**-**	**4.509**	**675**	**12.749**	**377**	**-**	**18.310**
A 1 de janeiro de 2012	**-**	**3.808**	**999**	**3.557**	**773**	**-**	**9.137**

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2013	2012
4 contratos de aluguer de viaturas	15.666	29.651
	15.666	**29.651**

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2013	2012
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	10.360	13.984
Mais de um ano e não mais de cinco anos	5.306	15.666
Total dos Pagamentos	**15.666**	**29.651**

9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2013	2012
Matérias primas, Subs. e de Consumo	37.310	41.417
	37.310	**41.417**

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se no quadro seguinte:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de Janeiro de 2012	36.540
Compras	185.313
Regularização de inventários	(387)
Existências em 31 de Dezembro de 2012	(41.417)
	180.049
Existências em 1 de Janeiro de 2013	41.417
Compras	168.057
Regularização de inventários	(281)
Existências em 31 de Dezembro de 2013	(37.310)
	171.884

10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2013	2012
Vendas		
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	704.077	718.751

Quota Serviço Água	295.131	275.970
	999.208	**994.721**
Prestações de Serviços		
Serviços		
Abertura Água	14.378	14.956
Abertura Ramais Água	9.271	15.415
Outros	34.521	29.364
	58.170	**59.735**
	1.057.377	**1.054.456**

A rubrica 'Outros' de Prestações de Serviços engloba Reparações Domiciliárias, reparações de contadores RG/Ramais, Conservação de Contadores / Ramais de Agua, Diversos e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

11. Provisões de Ativos e Passivos Contingentes

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição
A 1 de Janeiro de 2012	23.327
Reversões do ano	(4.000)
Aumentos do ano	254
A 31 de Dezembro de 2012	**19.581**
A 1 de Janeiro de 2013	19.581
Reversões do ano	(6.074)
Aumentos do ano	2.096
A 31 de Dezembro de 2013	**15.603**

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa, vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos. Os montantes são atualizados anualmente pelo IPC.

12. Imposto sobre o Rendimento

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2013	2012
Imposto Corrente		
IRC do ano	3.349	1.642
	3.349	1.642
Imposto Diferido		
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	1.452	1.452

Outros movimentos	484	484
	1.936	1.936
	5.285	**3.578**

Não foram reconhecidos no ano qualquer ajustamentos de impostos correntes de exercícios anteriores.

Não houve alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos, pelo que a quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos não sofreu quaisquer alterações decorrentes de tais situações.

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Resultado antes de impostos	29.724	3.720		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,5%	26,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	7.877	986	26,50%	26,50%
Variações patrimoniais positivas	406.624	406.624		
Variações patrimoniais negativas	408.517	408.517		
Proveitos não tributáveis				
Menos Valias Fiscais	3.187	4.215		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	6.074	4.000		
	9.261	8.215	(8,26%)	(58,52%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas e juros compensatórios	67	124		
Menos Valias Contabilísticas	2.952	3.879		
Provisões para além limites legais	7.469	4.574		
Correcções nos casos de crédito de imposto e retenção na fonte	371	-		
Impostos e outros encargos que incidam sobre terceiros	3.740	3.740		
	14.598	12.316	(13,01%)	(87,73%)
Lucro tributável	33.168	5.928		
Prejuízos Fiscais deduzidos	24.876	-		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,20%	26,20%		
Imposto calculado	2.073	1.553	6,97%	41,75%
Tributação autónoma	878	1.571	2,95%	42,22%
Derrama	398			
Utilização de perdas fiscais	-	(1.482)	0,00%	(39,84%)
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	1.936	1.936	6,51%	52,04%
	3.212	2.025	9,47%	54,42%
Imposto sobre o rendimento	**5.285**	**3.578**	**16,44%**	**96,17%**

As quantias de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2013	2012	2013	2012
Impostos Diferidos Ativos				
Ajustamentos de transição para o SNC				
Desreconhecimento da Integração Património e Bens Adquiridos e respetivas amortizações via DC4	19.402	38.804	(19.402)	(19.402)
Reconhecimento do Direito de Concessão	132.598	265.196	(132.598)	(132.598)
Reconhecimento do Investimento de Substituição	1.457	2.913	(1.456)	(1.456)
	153.456	**306.913**	**(153.457)**	**(153.457)**
Impostos Diferidos Passivos				
Ajustamentos de transição para o SNC				
Desreconhecimento do subsídio	50.070	100.139	(50.069)	(50.069)
Desreconhecimento da renda já entregue à concedente	101.451	202.903	(101.451)	(101.451)
	151.521	**303.041**	**(151.521)**	**(151.521)**
			(1.936)	**(1.936)**

13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos	2013	2012
Corrente		
Clientes		
Custo	257.967	256.757
Imparidade	(54.864)	(56.129)
	203.103	200.628
Acionistas	500.000	700.000
Outras contas a receber	51.924	69.747
	755.027	**970.375**

Instrumentos Financeiros Passivos	2013	2012
Não corrente		
Financiamentos obtidos	916.667	-
Outras contas a pagar	6.485	7.358
	923.152	**7.358**
Corrente		
Fornecedores		
Gerais	109.301	94.005
Partes Relacionadas	34.352	16.762
Facturas em receção e conferência	9.535	19.292
	153.189	130.059
Financiamentos obtidos		
Descobertos bancários	-	1.140.010
Financiamentos obtidos	83.333	-
Outras contas a pagar	250.757	246.280
	487.279	**1.516.349**

13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

			Dívida vencida				
	Total	Dívida não vencida	< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2013	257.967	185.017	25.674	9.284	(2.148)	5.347	34.793
Ano 2012	256.757	183.859	10.706	853	424	60.915	-

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2013				
Clientes	56.129	2.297	(3.561)	54.864
	56.129	**2.297**	**(3.561)**	**54.864**
Exercício de 2012				
Clientes	51.654	4.579	(103)	56.129
	51.654	**4.579**	**(103)**	**56.129**

13.2 Outras contas a receber

O saldo de Outras Contas a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros DO	2.259	-
Venda de Água	42.169	42.674
Outros	-	19.456
Outros devedores		
Outros	7.496	7.616
	51.924	**69.747**

13.3 Outras contas a pagar

O saldo de Outras Contas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Outras contas a pagar - não corrente		
Outros credores		
CM Batalha - Renda Concessão	6.485	7.358
	6.485	**7.358**
Outras contas a pagar - corrente		

Fornecedores de investimento	2.737	-
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	24.747	28.195
Seguros		23
Juros Encargos Liquidar	9.919	12.525
Electricidade	9.930	5.801
Compra de Água	2.182	3.106
Diversos	6.202	6.973
Outros credores		
CM Batalha tarifas de saneamento	105.757	103.234
CM Batalha resíduos	51.300	49.553
CM Batalha - renda Concessão	2.162	1.051
Outros	35.819	35.819
	250.757	**246.280**

13.4 Capital

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2013	2012
Capital social nominal emitido		
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços S.A.	625.000	625.000
	625.000	625.000
Capital por realizar	-	-

O capital social emitido é composto por 125.000 acções com um valor nominal de 5 Euros cada.

13.5 Outros Instrumentos de Capital Próprio

Os Outros Instrumentos de Capital Próprio respeitam a prestações suplementares, como se segue:

	2013	2012
Outros instrumentos de capital próprio		
Prestações Suplementares	2.568.918	2.568.918
	2.568.918	**2.568.918**

13.6 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2012:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
98/189/50466	BPI	2.500	Cartões galp frota	Petrogal	Cartões
9140.000723.782.0019	CGD	608		Cenel	Fornecimento de energia
9140.001409.882.0019	CGD	428.966	CMB	Câmara Municipal da Batalha	Concessão

A empresa tem ainda subjacente ao seu Contrato de Financiamento Mútuo com a Caixa Geral de Depósitos uma Garantia de 500.000 euros em que as entidades garantes são a Lisgarante, Norgarante e Garval

13.7 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros susceptíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - Risco de taxa de juro
  - Risco de taxa de câmbio
  - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direcção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro é diminuta, uma vez que não tem contratados empréstimos bancários. A Empresa utiliza apenas um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria.

No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são imateriais.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a va

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar;

14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2013	2012
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do Pessoal	165.263	166.594
Indemnizações		
Encargos sobre Remunerações	35.108	35.216
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	876	1.113
Gastos de acção social	6.674	7.617
Outros gastos com o Pessoal	1.902	(15.257)
	209.823	**195.283**

Durante o ano de 2013 o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 13 (2012: 13 pessoas).

15. Outras Informações

15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Saldo a Receber		
Retenções Imposto sobre Rendimento	2	20
IVA	48.406	54.054
Contribuição para a Segurança Social	-	3.461
	48.408	**57.536**
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	3.349	1.642
Retenções Imposto sobre Rendimento	1.012	763
Contribuição para a Segurança Social	3.472	-
Outras Tributações	9.235	10.224
	17.068	**12.629**

15.2 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	-	(2.878.813)	14.199	(2.864.614)
Constituição da Reserva legal	710	-	-	710
Remanescente da aplicação de Resultados	-	13.489	(14.199)	(710)
Resultado do ano	-	-	143	143
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	**710**	**(2.865.324)**	**143**	**(2.864.470)**
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	710	(2.865.324)	143	(2.864.470)
Aplicação de resultados	7	136	(143)	-
Resultado do ano	-	-	24.439	24.439
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	**717**	**(2.865.189)**	**24.439**	**(2.840.033)**

15.3 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Subcontratos	23.346	22.200
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	145.581	155.380
Publicidade e propaganda	-	270
Vigilância e segurança	2.026	2.884
Honorários	8.706	4.838
Comissões	874	838
Conservação e reparação	49.440	50.603

Outros	693	2.164
Materiais		
Ferramentas e utensilios	212	-
Material de escritório	3.024	2.955
Energia e fluídos		
Electricidade	112.813	105.470
Combustíveis	13.565	16.158
Água	472	3.106
Outros Fluidos	6.990	5.233
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	916	908
Transportes de Mercadorias	51	63
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	35.539	35.173
Comunicação	46.849	40.303
Seguros	7.079	7.624
Contencioso e notariado	3.928	2.604
Despesas de representação	6	55
Limpeza, higiene e conforto	3.471	3.195
Outros	16.034	15.299
	481.615	**477.322**

15.4 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica Outros Rendimentos e Ganhos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Rendimentos Suplementares		
Outros	4.853	2.510
Recuperação de dívidas a receber	38	-
Ganhos em Inventários	-	23
Outros	-	-
Outros não especificados	2.597	585
	7.488	**3.118**

15.5 Outros Gastos e Perdas

A rubrica Outros Gastos e Perdas decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Impostos	20.288	15.216
Perdas em Inventários	281	410
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros		
Abates	2.952	3.879
Outros		
Outros Não Especificados	840	140
	24.361	**19.645**

15.6 Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	6.799	6.718
Ativos Intangíveis	82.763	85.566
	89.563	**92.284**

15.7 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Juros Obtidos		
De Depósitos	7	36
De Financiamentos concedidos a Associadas e Empre. Conjuntos	2.259	-
Atraso de pagamento de clientes	311	268
Outros Rendimentos Similares	-	5.569
	2.577	**5.872**

15.8 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	68.332	71.101
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Serviços Bancários	20.035	17.809
Comissões Garantias	5.472	5.475
Renda ao concedente	238	283
Outros	2.531	-
	96.608	**94.667**

15.9 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	28.796	-
	28.796	**-**

16. Aspetos Ambientais

Em 2013 a sociedade não incorreu em encargos significativos de caráter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2013 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de caráter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convição da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 28 de março de 2014.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração.

Desde 31 de dezembro de 2013 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.°, 324.°, 397.°, 447.° e 448.° do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.° 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.° 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

a) Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;

b) Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2013, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;

c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;

d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2013, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efectuou em janeiro de 2014, nos prazos legais.

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Building a better working world

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Lena, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 1.948.507 Euros e um total de capital próprio de 353.885 Euros, incluindo um resultado líquido de 24.439 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas do Lena, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 7 de Maio de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Building a better working world

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Lena, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da Empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Empresa;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos accionistas e dos colaboradores da Empresa;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Águas do Lena, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

(a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2013 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos accionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;

(b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2013 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;

(c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de Dezembro de 2013, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 7 de Maio de 2014

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:

Paulo Jorge Luis da Silva (ROC nº 1334)